



Tribunal de Contas
do Estado do Piauí

RELATÓRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

2023



**RELATÓRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
EXERCÍCIO 2023**

TC/010925/2023

Exercício de Referência: 2023

Plano anual de controle externo (PACEX 2023/2024) – área “governança”; tema 42 “avaliação da qualidade dos portais de transparência dos órgãos e entidades estaduais e municipais”

Tipo de processo Levantamento

Relator(a) Kléber Dantas Eulálio

Procurador(a) Raissa Maria Rezende de Deus Barbosa

Ato originário:

PACEX 2023/2024 e Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2022 - Abracom, Atricon, CNPTC, Conaci e IRB: Acordo de Cooperação Técnica visando à implementação do PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública)

Objetivos:

Avaliação dos portais da transparência de órgãos estaduais e municipais

Unidades

Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Governo do Estado do Piauí, Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Ministério Público do

Jurisdicionadas:

Estado do Piauí, Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Defensoria Pública do Estado do Piauí

Composição da equipe de fiscalização:

Nome

Matrícula

Ednize Oliveira Costa Lages

96886

Jailson Barros Sousa

98094

Tércio Gomes Rabelo

98474

Vilmar Barros Miranda

96604

Yuri Cavalcante de Araújo (coordenador)

98275

Supervisor

Sandra Maria de Oliveira Saraiva (Mat. 97053)

Credenciamento

Portaria nº 593/2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico - TCE-PI-nº 152/2023, no dia 14 de agosto de 2023

Período de realização dos trabalhos

Agosto a Outubro de 2023

RESUMO

Por que o levantamento foi feito?

Constatou-se a necessidade de realizar, anualmente, um levantamento capaz de retratar a situação dos portais e estabelecer parâmetros para atuação do controle externo, além de fomentar a competição e inovação no campo do acesso à informação, com o estabelecimento de *rankings* e fragilidades a serem combatidas, com base na IN 04/2022, a qual foi elaborada de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

O que o TCE-PI encontrou?

O panorama da transparência dos portais dos entes estaduais atingiu a pontuação média de 82,43% em seu índice de transparência, alcançando no nível Prata. Já, a transparência dos portais dos entes municipais (prefeituras e câmaras) atingiu a pontuação média de 39,59%, alcançado o nível Básico.

Contexto e benefícios esperados

Com o advento e consolidação da *internet* como meio de comunicação instantâneo e que rompe distâncias consideradas antes intransponíveis, foram criadas oportunidades para o aprofundamento da participação social na gestão pública, com ampliação do controle social e possibilidade de democratização da tomada de decisões.

Atento a essas mudanças e oportunidades, o legislador criou uma série de deveres aos representantes dos mais diversos órgãos e entidades de todas os níveis federativos para a promoção do acesso à informação pelos meios de comunicação digitais disponíveis, de modo a diminuir entraves burocráticos, facilitar e tornar o acesso a dados e informações de interesse individual e coletivos módico e intuitivo.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, importante ator na consolidação do governo orientado a dados e da universalização das políticas públicas com o uso da tecnologia, nesse contexto, passa a atuar como um impulsionador do uso das ferramentas de acesso à informação por seus jurisdicionados, por meio de avaliações da existência e da qualidade, por exemplo, dos portais da transparência disponibilizados na rede mundial de computadores.

Em maio de 2022, a Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) lançou o Programa Nacional de Transparência, com a finalidade de fazer uma avaliação nacional do nível de transparência ativa dos portais dos Poderes e órgãos fiscalizados pelas Cortes de Contas.

□ Dessa forma, pretende-se contribuir no desenvolvimento da cultura da transparência e no fortalecimento das boas práticas observadas, bem como no enfrentamento mais racional e eficiente das dificuldades tanto do acesso como da disponibilização dos dados e informações de interesse público.

SIGLAS UTILIZADAS NO RELATÓRIO

APPM	Associação Piauiense de Municípios
ATRICON	Associação Nacional de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
AVEP	União das Câmaras Municipais do Estado do Piauí
CF/1988	Constituição Federal de 1988
DAJUR	Divisão de Apoio aos Jurisdicionados (TCE-PI)
DFAE	Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (TCE-PI)
DFAM	Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (TCE-PI)
DFESP	Diretoria de Fiscalizações Especializadas (TCE-PI)
e-SIC	Serviço de informações ao cidadão (eletrônico)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	Instrução Normativa
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei orçamentária anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPC-PI	Ministério Público de Contas do Estado do Piauí
PACEX	Plano Anual de Controle Externo (TCE-PI)
PPA	Plano Plurianual
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
SECEX	Secretaria de Controle Externo (TCE-PI)
SIC	Serviço de informações ao cidadão
SRP	Sistema de Registro de Preços
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí
URL	<i>Uniform Resource Locator</i> (Localizador de Padrão de Recursos)
PNTF	Programa Nacional de Transparência Pública

ILUSTRAÇÕES DO RELATÓRIO

- Figuras

Figura 1 - Notas do Poder Executivo - autoavaliação 2023	17
Figura 2 – Notas do Poder Legislativo – autoavaliação 2023	18
Figura 3 – Mapa coroplético – notas por média municipal (Executivo) – avaliação do TCE – PI 2023.....	21
Figura 4 - Mapa coroplético – notas por média municipal: Legislativo (avaliação do TCE-PI) - 2023.....	22
Figura 5 - Mapa coroplético – notas por média municipal (Executivo e Legislativo) – avaliação do TCE-PI - 2023	25

- Gráficos

Gráfico 1 – Quantidade de Prefeituras em cada nível de transparência - 2023	19
Gráfico 2 – Quantidade de Câmaras em cada nível de transparência - 2023	19
Gráfico 3 – Dimensões e percentuais de atendimento alcançado – Executivo 2023.....	22
Gráfico 4 - Dimensões e percentuais de atendimento alcançado – Legislativo - 2023 ...	24
Gráfico 5 – Atendimento de itens por dimensão – Assembleia Legislativa	26
Gráfico 6 - Atendimento de Itens por dimensão – Defensoria Pública	27
Gráfico 7 - Atendimento de Itens por dimensão – Ministério Público do Estado do Piauí	28
Gráfico 8 - Atendimento de Itens por dimensão – Poder Executivo do Estado do Piauí	29
Gráfico 9 - Atendimento de Itens por dimensão – Tribunal de Contas do Estado do Piauí	30
Gráfico 10 - Atendimento de Itens por dimensão – Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	31

- Quadros

Quadro 1 - Conteúdo mínimo da divulgação em local de fácil acesso (art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011).....	15
---	----

- Tabelas

Tabela 1 – Dimensões e respectivos pesos.....	10
Tabela 2 – Critérios em relação à matriz comum e específicas.....	11
Tabela 3 – Pontuações máximas.....	12
Tabela 4 - Autoavaliação – quantidade de entes em cada nível de transparência (2023)	16
Tabela 5 – Resultados – panorama da transparência 2023	18
Tabela 6 – Resultados – panorama da transparência 2022 (fonte: TC/012660/2022).....	19

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Do processo de levantamento	8
1.2. Do Programa Nacional de Transparência Pública.....	8
1.3. Dos objetivos do trabalho.....	9
1.4. Da metodologia	9
2. VISÃO GERAL DO OBJETO	13
3. RESULTADOS.....	16
3.1. Autoavaliação da transparência.....	16
3.2. Avaliação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.....	18
3.2.1. Índice de transparência no âmbito municipal.....	18
3.2.1.1. Prefeituras Municipais.....	20
3.2.1.2. Câmaras Municipais	22
3.2.1.3. Quadro geral da transparência municipal média – Executivo e Legislativo	24
3.2.2. Índice de transparência no âmbito estadual	25
3.2.2.1. Assembleia Legislativa	26
3.2.2.2. Defensoria Pública.....	27
3.2.2.3. Ministério Público do Estado do Piauí.....	27
3.2.2.4. Poder Executivo do Estado do Piauí.....	28
3.2.2.5. Tribunal de Contas do Estado do Piauí	29
3.2.2.6. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.....	30
3.3. Diferenças expressivas entre a autoavaliação e a avaliação do Tribunal de Contas.....	31
4. CONCLUSÃO	32
5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS.....	33
6. APÊNDICES.....	35

6.1. Unidades cuja avaliação dos portais não foi objeto de validação pelo TCE-PI	35
6.2. Níveis de transparência – PNTP 2023.....	36
6.3. Unidades Gestoras com diferenças expressivas entre a autoavaliação a avaliação do Tribunal de Contas	49

1. INTRODUÇÃO

1.1. Do processo de levantamento

O levantamento é um dos instrumentos de fiscalização de que dispõe o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) para exercer sua atividade finalística de controle externo da Administração Pública.

Art. 177 [Regimento Interno do TCE-PI] – São Instrumentos de fiscalização: I – a auditoria; II – a inspeção; III – o levantamento; IV – o acompanhamento; V – o monitoramento. [g.n.]

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 10/2020 do TCE-PI, a fiscalização através de levantamento pode ter por finalidade:

I – conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial; II – definir o objeto de futura fiscalização; III – indicar os meios e os instrumentos a serem aplicados em futura fiscalização; IV – avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações de outra natureza.

Em razão do processo de levantamento não acarretar determinações e responsabilização de gestores, os seus resultados são levados a conhecimento do público com fins informativos e pedagógicos, sem prejuízo da instauração de fiscalizações autônomas ou da repercussão nos processos de contas com base nos dados apurados.

1.2. Do Programa Nacional de Transparência Pública

O Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), é uma iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) que, desde 2022, realiza a avaliação nacional do nível de transparência ativa dos portais dos Poderes, entidades e órgãos fiscalizados pelos Tribunais de Contas, incluídos os sites mantidos pelas próprias instituições de controle externo.

Os critérios de avaliação são construídos pelo grupo de trabalho nacional, com participação das Cortes de Contas e, neste ano, as diretrizes foram aprovadas pela Resolução Atricon nº 001/2023.

1.3. Dos objetivos do trabalho

Desde a instituição das obrigações de transparência por meio da rede mundial de computadores (internet), o TCE-PI atua na avaliação dos portais disponibilizados pelos órgãos e entidades submetidos à sua jurisdição. Essa fiscalização, historicamente, era realizada em processos específicos para cada órgão ou entidade, com análise da conformidade dos portais em processos de contas ou em demandas advindas do controle social (denúncias e representações), de forma individualizada.

Com o objetivo de conhecer a situação atual dos portais de transparência municipais, bem como estabelecer diretrizes para a tomada de providência visando à superação dos problemas mapeados, optou-se pela utilização do instrumento do levantamento para o diagnóstico global dos portais dos municípios, envolvendo Prefeituras e Câmaras, de modo a:

- a. Estabelecer o panorama da transparência no Estado e ranquear jurisdicionados em 2022 e avaliar a evolução do quadro em relação ao levantamento dos exercícios anteriores (TC/019779/2021 e TC/012660/2022 – ver [painel interativo](#) com resultados trabalhos);
- b. Identificar os problemas e fragilidades mais recorrentes;
- c. Direcionar a atuação quanto ao tema da transparência por critérios de risco;
- d. Fomentar o controle social, por meio de informações de fácil compreensão sobre a transparência em todo o Estado.

Sobre o escopo do trabalho, foram avaliados os portais das Prefeituras e Câmaras Municipais, do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública estaduais, no período de agosto a outubro de 2023.

Por fim, importante frisar que o levantamento da situação dos portais de transparência municipais não visa substituir as apurações que já ocorriam mediante outros instrumentos de fiscalização, para fins de responsabilização de gestores públicos.

1.4. Da metodologia

A avaliação da transparência no Programa Nacional de Transparência Pública aconteceu em duas etapas: (a) autoavaliação dos portais pelos jurisdicionados e (b) validação pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí. As avaliações ocorrem via siste-

ma Avalia, mantido pela Atricon em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.

O questionário respondido em meio eletrônico reflete as questões constantes do Anexo Único da Instrução Normativa TCE-PI nº 001/2019 (com alterações da IN 001/2023 de 18 de agosto de 2023), divididas em dezessete categorias, sendo quatro delas específicas para Prefeituras e Câmaras.

Conforme [Apêndice da Instrução Normativa \(IN\) TCE-PI nº 001/2019](#), a matriz de fiscalização da transparência é constituída por dimensões, critérios, decorrentes de leis específicas e condizentes com as características da entidade avaliada, e itens de avaliação, sendo dividida em Matriz Comum e Matrizes Específicas.

- a. Matriz comum: matriz cujos critérios serão utilizados para a análise dos sítios oficiais e/ou portais de transparência de todos os órgãos e entidades jurisdicionadas;
- b. Matrizes específicas: matrizes que serão aplicadas considerando as peculiaridades de alguns grupos de órgãos e entidades jurisdicionadas, sendo subdividida em:
 - i. Defensoria
 - ii. Ministério Público
 - iii. Poder Executivo
 - iv. Poder Executivo Municipal
 - v. Poder Judiciário
 - vi. Poder Legislativo

As dimensões de análise são: acessibilidade, atividades finalísticas, contratos, convênios e transferências, despesa, diárias, educação, emendas parlamentares, informações institucionais, informações prioritárias, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e governo digital, licitações, obras, ouvidoria, planejamento e prestação de contas, receita, recursos humanos, renúncia de receita, saúde e serviço de informação ao cidadão (SIC). Cada uma delas possui pesos distintos.

Tabela 1 – Dimensões e respectivos pesos

Dimensões	Peso	Dimensões	Peso
Acessibilidade	1	LGPD e Governo Digital	1
Atividades finalísticas	3	Licitações	3
Contratos	3	Obras	1
Convênios e Transferências	1	Ouvidoria	1
Despesa	4	Planejamento e Prestação de Contas	4
Diárias	1	Receita	4
Educação	1	Recursos humanos	3
Emendas parlamentares	1	Renúncia de Receita	1
Informações Institucionais	2	Saúde	1
Informações Prioritárias	2	SIC	2

A Matriz de Avaliação contém no total 124 (cento e vinte e quatro) critérios*. Esses critérios podem ser “essenciais”, “obrigatórios” ou “recomendados”. Desse total, 70 são comuns e os demais são específicos para cada tipo de jurisdicionado, avaliando aspectos próprios, em função da atividade-fim desempenhada, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 2 – Critérios em relação à matriz comum e específicas

Total de critérios	Subtotais	Essencial	Obrigatória	Recomendada
<i>Matriz Comum</i>	70	7	51	12
<i>Matriz Específica - Poder Executivo</i>	18	5	6	7
<i>Matriz Específica - Poder Legislativo</i>	11	0	7	4
<i>Matriz Específica - Poder Judiciário</i>	6	0	3	3
<i>Matriz Específica - Tribunal de Contas</i>	12	0	4	8
<i>Matriz Específica - Ministério Público</i>	4	0	3	1
<i>Matriz Específica - Defensoria</i>	3	0	0	3
Total	124	12	74	38

* Critérios: constituem os quesitos a serem examinados nos portais, ou seja, os parâmetros a serem avaliados como “atende” ou “não atende” em cada análise de um portal institucional e/ou da transparência. Os critérios recebem pesos distintos, de modo a refletir a sua relevância, conforme coluna “classificação” da matriz, atribuindo-se peso 2 (dois) aos critérios essenciais, peso 1,5 (dois) aos obrigatórios e peso 1 (um) aos recomendados, nos seguintes termos:

- essenciais:** critérios de observância compulsória, cujo descumprimento implica no impedimento do recebimento das transferências voluntárias, nos termos do art. 73-C da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- obrigatórios:** critérios de observância compulsória, cujo cumprimento é imposto por legislação diversa da descrita no subitem anterior e cujo descumprimento implica em sanções, conforme explicitado na coluna “Fundamentação” da Matriz de Fiscalização da Transparência;
- recomendados:** critérios cuja observância constitui boa prática de transparência, ainda que não decorra diretamente de imposição legal.

Há ainda os itens de avaliação, subdivisão possível de cada critério para melhor avaliá-lo, podendo ser: Disponibilidade: 30% da pontuação; Atualidade: 30% da pontuação; Série histórica: 20% da pontuação; Gravação de relatórios: 10% da pontuação e; Filtro de pesquisa: 10% da pontuação. Todos os critérios possuem o item de ava-

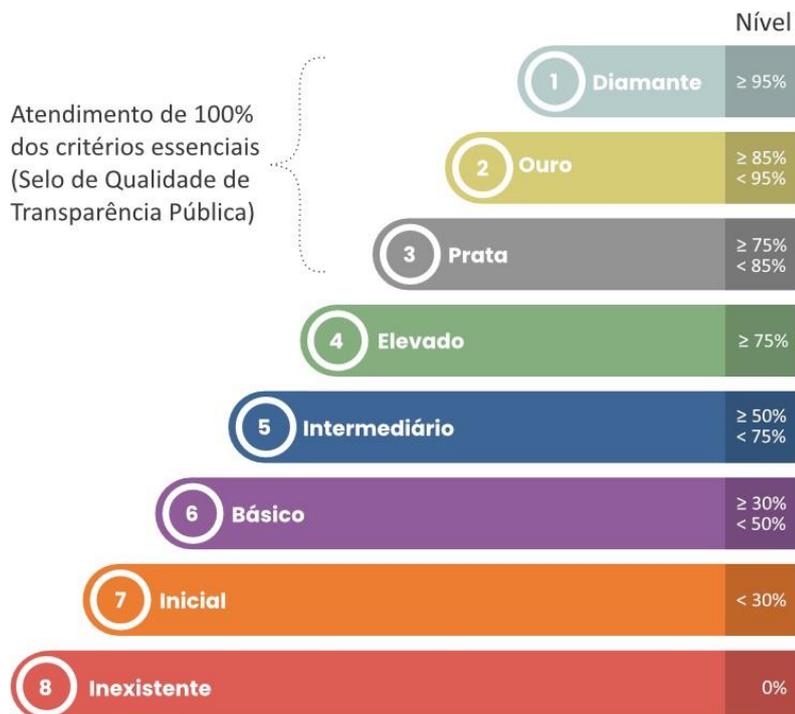
lição “disponibilidade” e os demais serão aplicáveis ou não, de acordo com a natureza do parâmetro.

O quadro a seguir demonstra as pontuações máximas a serem atingidas por cada órgão ou entidade avaliada:

Tabela 3 – Pontuações máximas

Esfera/órgão/entidade	Pontuação máxima		
	Comum	Específica	Total
Matriz Específica - Poder Executivo	-	-	-
Governo do Estado	221	64	285
Prefeitura Municipal	221	65	286
Matriz Específica - Poder Legislativo	221	43,5	264,5
Matriz Específica - Poder Judiciário	221	22,5	243,5
Matriz Específica - Tribunal de Contas	221	42	263
Matriz Específica - Ministério Público	221	16,5	237,5
Matriz Específica - Defensoria	221	9	230

Ao final, a depender da pontuação atingida pelo órgão ou entidade, será atribuído o nível de transparência correspondente, que poderá corresponder às seguintes faixas de transparência:



Quanto às avaliações realizadas:

- a) 100% dos portais (454) foram objeto de pelo menos uma avaliação;
- b) 417 portais (91,85%) foram objeto de avaliação pelos técnicos do Tribunal de Contas, seja em sede de primeira avaliação (quando não houve autoavaliação) ou de validação;
- c) 37 portais (8,15%) de Câmaras Municipais que, na autoavaliação, não atingiram nível superior ao intermediário não foram validadas – ver tópico 6.1 .

Deve ser registrado ainda que, nesta edição do PNTP, concebeu-se o Sistema Avalia para permitir uma fase de *contraditório* antes de encerrada a avaliação pelos técnicos, consistente na devolução da validação para nova avaliação pelos controles internos e posterior revalidação. Por se tratar de sistemática que demandaria mais tempo para a conclusão dos trabalhos, optou-se por utilizar a possibilidade de revalidação apenas para os órgãos da esfera estadual.

2. VISÃO GERAL DO OBJETO

A soberania popular, estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal (CF/1988), pressupõe o exercício efetivo da cidadania, a qual só se desenvolve em um ambiente de transparência na atividade da Administração Pública.

Pelo princípio da publicidade, o cidadão tem o direito de conhecer os atos dos agentes públicos, bem como os resultados da gestão dos recursos empregados para desenvolver e manter as atividades e cumprir os objetivos estatais, inclusive como forma de garantir a adequação da atuação desses agentes aos demais princípios estabelecidos no art. 37, caput, da CF/1988, ou seja, da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Reconhecendo o caráter essencial da transparência para o controle social da Administração, o ordenamento jurídico brasileiro dispôs de normas das mais variadas hierarquias para garantir o direito de acesso à informação. Na constituição, destacam-se os seguintes postulados:

Art. 5º. [...] XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...] XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas na forma da lei, sob pena de responsabili-

de, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 37. [...] § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: [...] II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII.

É notório, portanto, que o legislador buscou salvaguardar tanto o acesso a informações públicas de interesse particular como àquelas de interesse coletivo ou geral, por meio de instrumentos jurídicos como o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a, CF/1988), possibilidade de obtenção de certidões (art. 5º, XXXIV, b, CF/1988) e de concessão de habeas-data (art. 5º, LXXII, CF/1988).

No que diz respeito à obtenção de informações públicas, em novembro de 2011 foi sancionada a Lei nº 12.527, com o objetivo de regulamentar a forma e condições para o acesso à informação, com aplicação aos três Poderes de todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Antes, porém, já existiam regras sobre transparência da gestão fiscal na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar LC nº 101/2000), as quais foram objeto de alterações pelas LC nº 131 e LC nº 156/2016, que modificaram, entre outros dispositivos, o art. 48, além da inclusão do art. 48-A.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

[...] II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público [...].

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Nota-se que, desde essas alterações na LRF, existe uma tendência à primazia do fomento à transparência ativa dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta de todas as esferas de governo, ou seja, a divulgação das informações de interesse público deve ser automática e de iniciativa dos próprios administradores.

Assim, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece como diretrizes:

Art. 3º [...] I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Já o art. 8º da Lei nº 12.527/2011 traz expressamente o dever de transparência ativa dos órgãos e entidades públicas, estabelecendo o mínimo a ser divulgado:

Quadro 1 - Conteúdo mínimo da divulgação em local de fácil acesso (art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011)

- Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público
- Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros
- Registros das despesas
- Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados
- Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades
- Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade

Para o cumprimento dessas obrigações, os órgãos e entidades devem utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), conforme § 2º do art. 8º (Lei nº 12.527/2011).

Em 2022, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) alterou as diretrizes de controle externo para avaliação da transparência dos portais institucionais de órgãos e entidades públicas e, a partir de então, vem atualizando a matriz de fiscalização constante de sua Resolução de nº 009/2018, instituindo

o esforço nacional para o fomento da transparência por meio do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

A importância de se garantir a qualidade da transparência dos órgãos e entidades municipais, além de contribuir para o pleno desenvolvimento das atividades de controle externo de interesse institucional e social por parte dos Tribunais de Contas e outros órgãos fiscalizadores da Administração Pública, possibilita a descentralização do controle para os usuários e interessados nos serviços e atos dos governos locais e o combate à corrupção mais célere e efetivo. Ademais, a transparência pode estabelecer novos paradigmas de participação social na gestão da coisa pública e aproximar as instituições dos cidadãos, inibindo más condutas, ainda que revestidas do aspecto da legalidade. O conhecimento ou desconhecimento dos atos e gastos do poder público, sem dúvidas, é um importante marcador para antever o desenvolvimento ou não da cidadania e do desenvolvimento social e econômico.

3. RESULTADOS

Todos os resultados estão disponíveis para livre consulta de qualquer interessado no “Radar da Transparência Pública” disponível em <https://radardatransparencia.atricon.org.br> publicado e mantido pela **Atricon** (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil).

3.1. Autoavaliação da transparência

Participaram da fase de autoavaliação 454 entes, dentre eles, as 224 Prefeituras, as 224 Câmaras, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública, Governo do Estado, Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça (ver Apêndice 6.2). Nessa etapa declaratória, considerando os respondentes, verificou-se um nível de transparência de 62,22%, considerado intermediário.

A Tabela 5 esquematiza a quantidade de entidades em cada nível de transparência segundo as autoavaliações realizadas:

Tabela 4 - Autoavaliação – quantidade de entes em cada nível de transparência (2023)

	<i>Nível de transparência</i>	<i>Quantidade</i>
1	Diamante	75
2	Ouro	62
3	Prata	37
4	Elevado	36
5	Intermediário	89
6	Básico	58
7	Inicial	80
8	Inexistente	17

Na Figura 01 e Figura 02, abaixo, pode ser visualizada as notas no mapa para o Poder Executivo e Legislativo.

Figura 1 - Notas do Poder Executivo - autoavaliação 2023

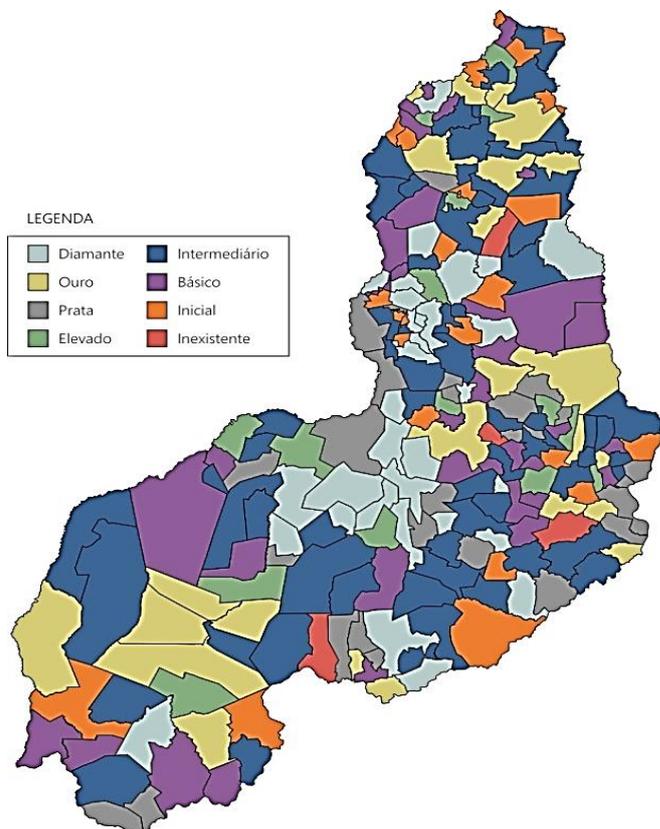
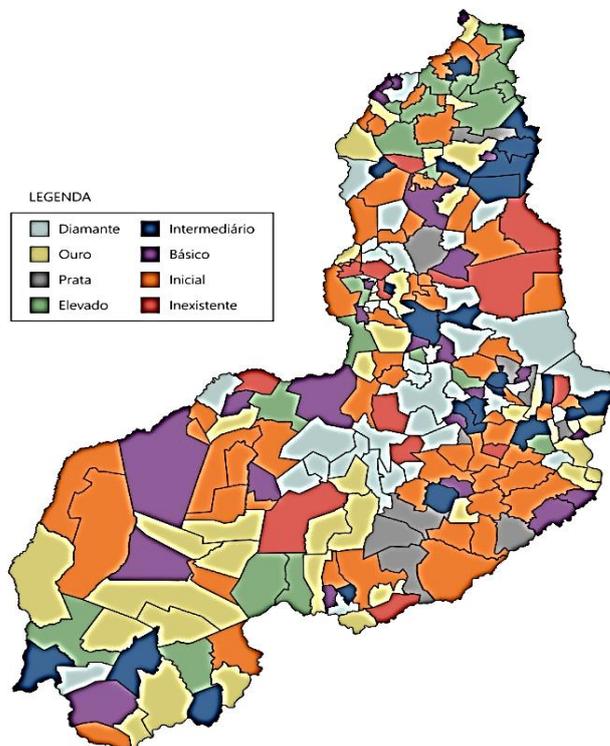


Figura 2 – Notas do Poder Legislativo – autoavaliação 2023



3.2. Avaliação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

3.2.1. Índice de transparência no âmbito municipal

A partir da aplicação dos questionários nos moldes preconizados no tópico 1.4, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 5 – Resultados – panorama da transparência 2023

UG	Maior nota	Menor nota	Média	Índice de Transparência*
Prefeituras Municipais	78,62%	0%	44,88%	Básico
Câmaras Municipais	74,74%	0%	34,29%	Básico
Geral	-	-	39,59%	Básico

* Índice aferido com base na média

Tabela 6 – Resultados – panorama da transparência 2022 (fonte: TC/012660/2022)

UG	Maior nota	Menor nota	Média	Índice de Transparência*
Prefeituras Municipais	95,17%	0%	59,99%	Intermediário
Câmaras Municipais	94,82%	0%	30,21%	Básico
Geral	-	-	45,10%	Básico

* Índice aferido com base na média

O nível da transparência do Poder Executivo municipal teve uma queda na média de 15,11%, caindo para o nível básico. Já o do Poder Legislativo teve uma elevação de 4,08%, permanecendo no nível básico. Em relação à média de todos os entes municipais, verificou-se uma redução no percentual de 5,51%, mantendo-se no nível básico.

No Gráfico 01 e Gráfico 02 pode ser verificada a quantidade de entes em cada nível de transparência de acordo com a avaliação do TCE-PI:

Gráfico 1 – Quantidade de Prefeituras em cada nível de transparência - 2023

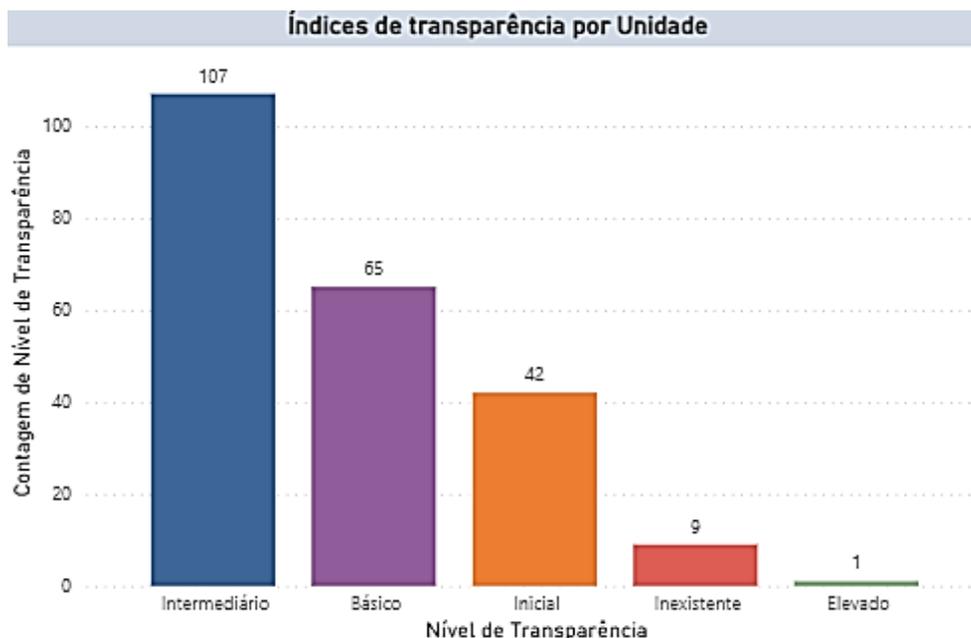
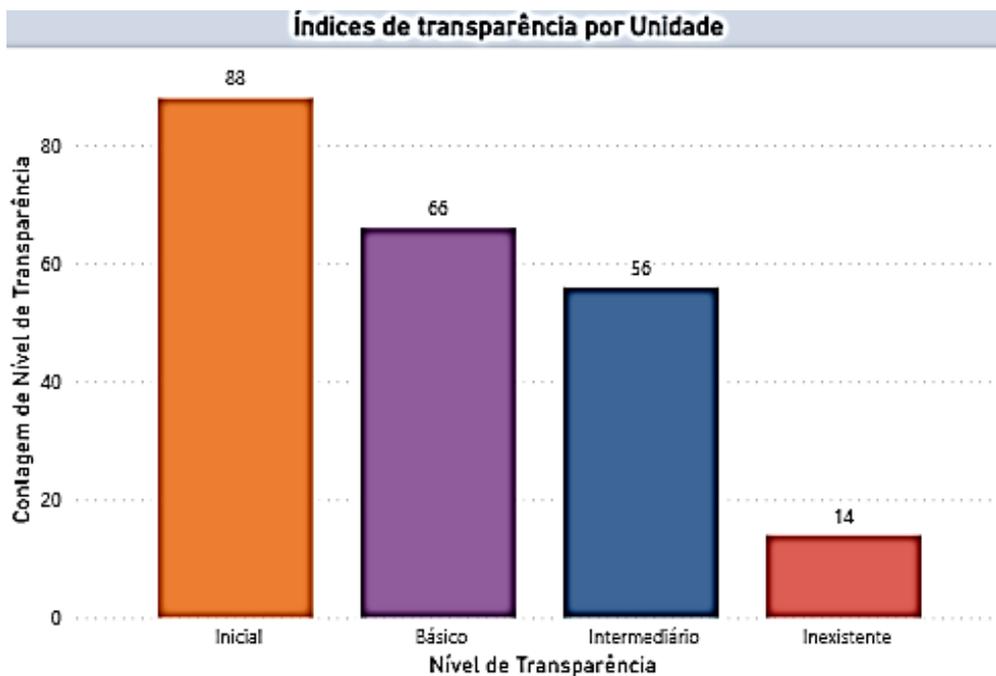


Gráfico 2 – Quantidade de Câmaras em cada nível de transparência - 2023



3.2.1.1. Prefeituras Municipais

A situação das Prefeituras quanto à média das pontuações obtidas para cálculo do índice de transparência mostra uma adequação básica aos parâmetros aferidos. A média desses entes atingiu o nível básico, em 44,88%.

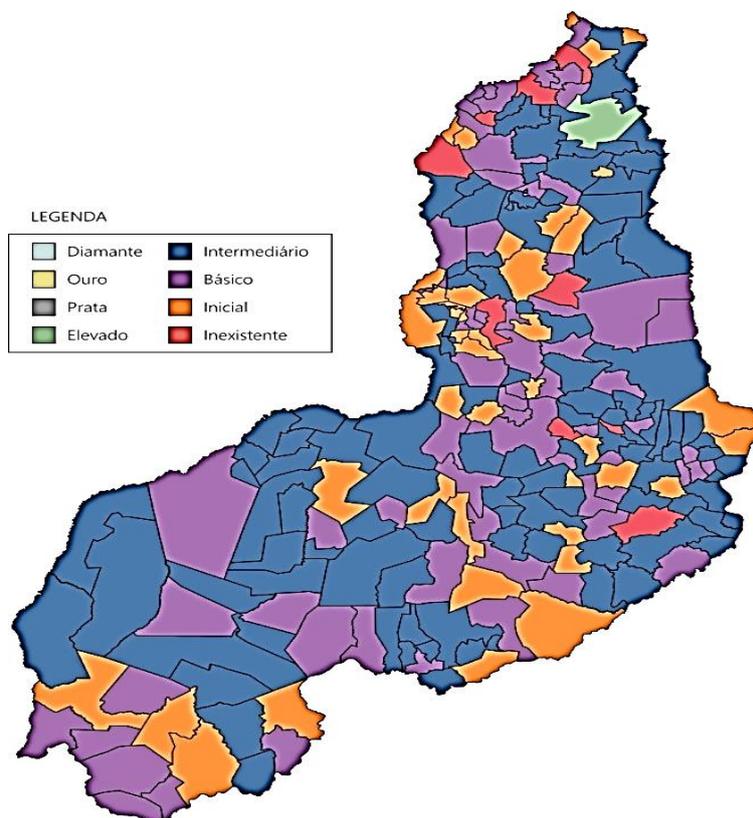
Em relação às categorias analisadas, verificou-se maior aderência a divulgação de Informações Prioritárias, Informações Institucionais, Ouvidoria, Despesa e Receita e menor aderência quanto a Obras, Saúde, Educação, Serviço de Informação ao Cidadão. Ver Gráfico 3

09 (nove) prefeituras foram enquadradas no nível de transparência inexistente. Apenas 1(uma) prefeitura foi enquadrada no nível de transparência elevado. As demais prefeituras foram enquadradas nos níveis inicial, básico e intermediário. Por fim, nenhuma alcançou os níveis de transparência prata, ouro ou diamante.

A relação completa das prefeituras e o, respectivo, nível de transparência pode ser consultada no tópico 6.2

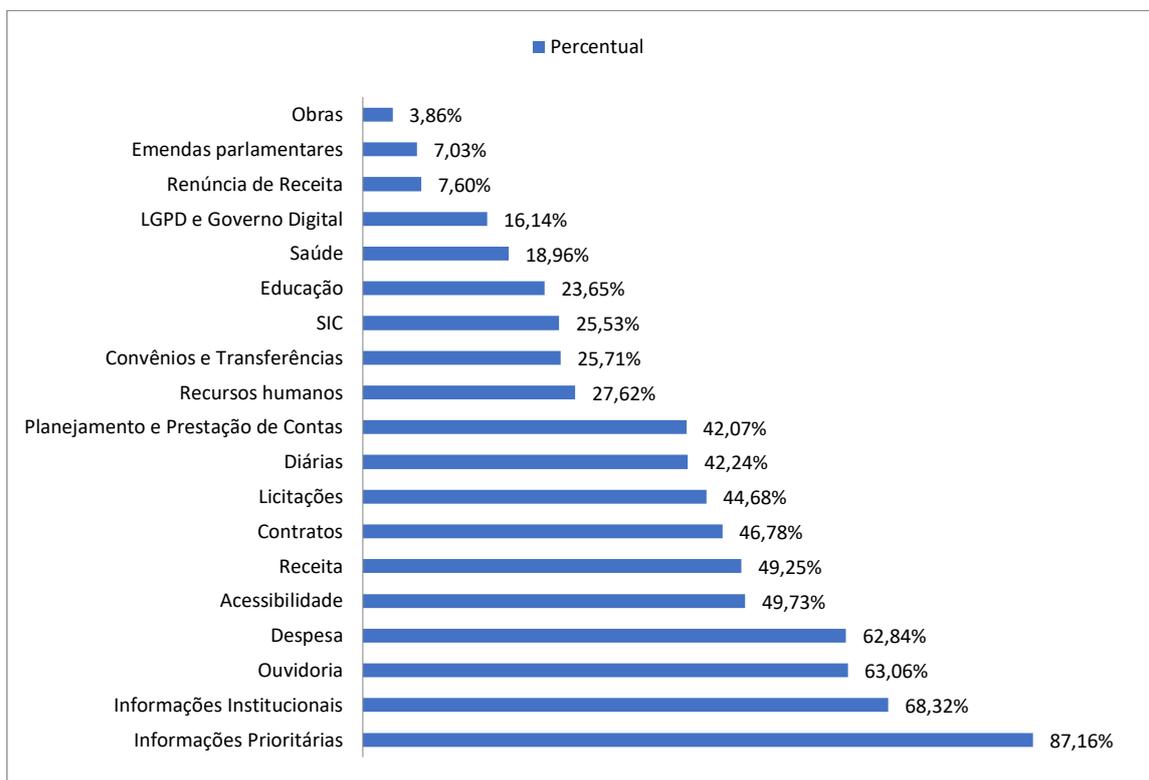
A figura 03, a seguir, demonstra a situação das prefeituras no mapa do Estado.

Figura 3 – Mapa coroplético – notas por média municipal (Executivo) – avaliação do TCE – PI 2023



O Gráfico 03 demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas na média geral das Prefeituras.

Gráfico 3 – Dimensões e percentuais de atendimento alcançado – Executivo 2023



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

3.2.1.2. Câmaras Municipais

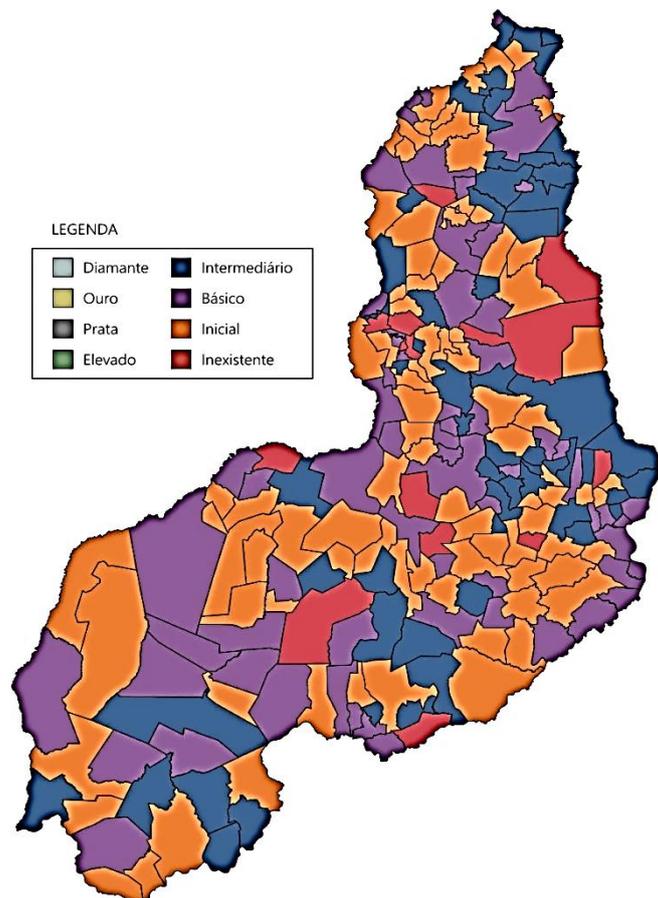
A situação das Câmaras quanto à média das pontuações obtidas para cálculo do índice de transparência mostra uma adequação crítica aos parâmetros aferidos, uma vez que a nota média se enquadra no nível "básico", no percentual de 34,29%, apesar da melhora em relação ao ano anterior.

Ao todo, 14 (catorze) Câmaras foram enquadradas no nível inexistente de transparência, que equivale a 35 (trinta e cinco) a menos em relação ao ano de 2022 (ver [TC/012660/2022](#)).

A relação completa das câmaras e o, respectivo, nível de transparência pode ser consultada no tópico 6.2

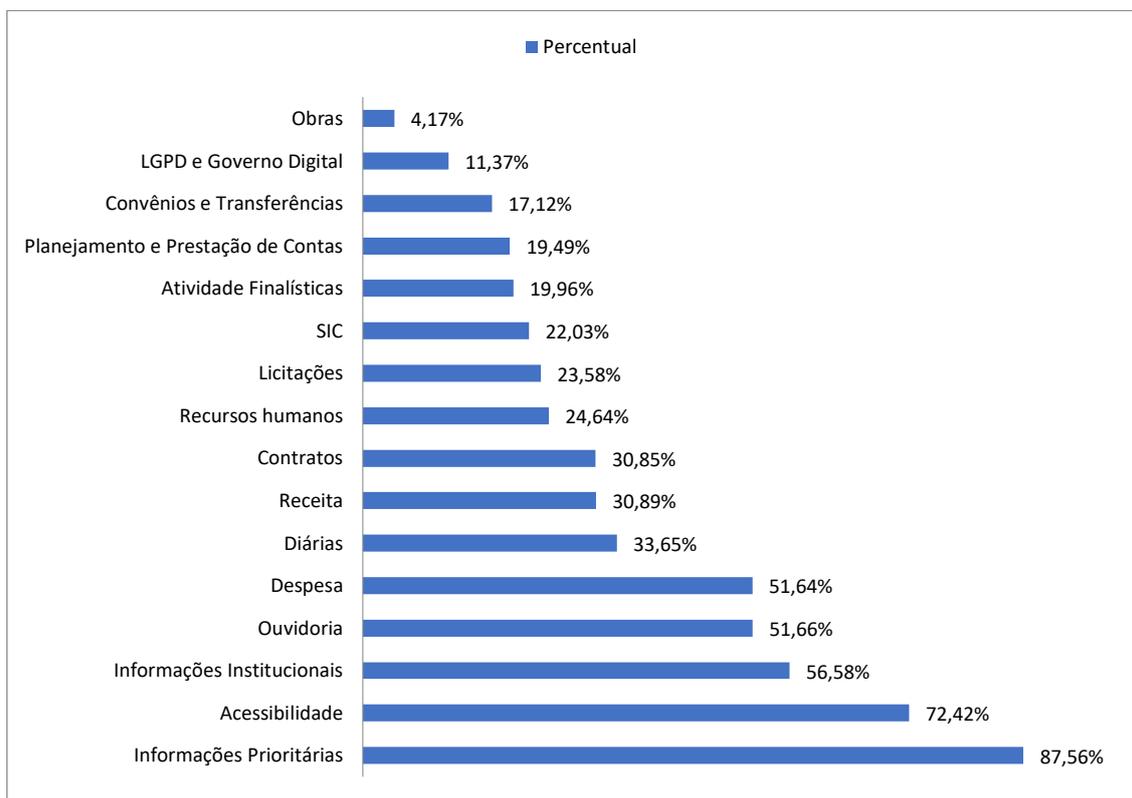
A figura 04, abaixo, demonstra a situação das Câmaras no mapa do Estado.

Figura 4 - Mapa coroplético – notas por média municipal: Legislativo (avaliação do TCE-PI) - 2023



Em relação às categorias analisadas, verificou-se maior aderência a divulgação de Acessibilidade, Informações Prioritárias e Informações Institucionais e menor aderência quanto a Receita, Recursos Humanos, Serviços de Informação ao Cidadão. O Gráfico 04, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas na média geral das Câmaras.

Gráfico 4 - Dimensões e percentuais de atendimento alcançado – Legislativo - 2023



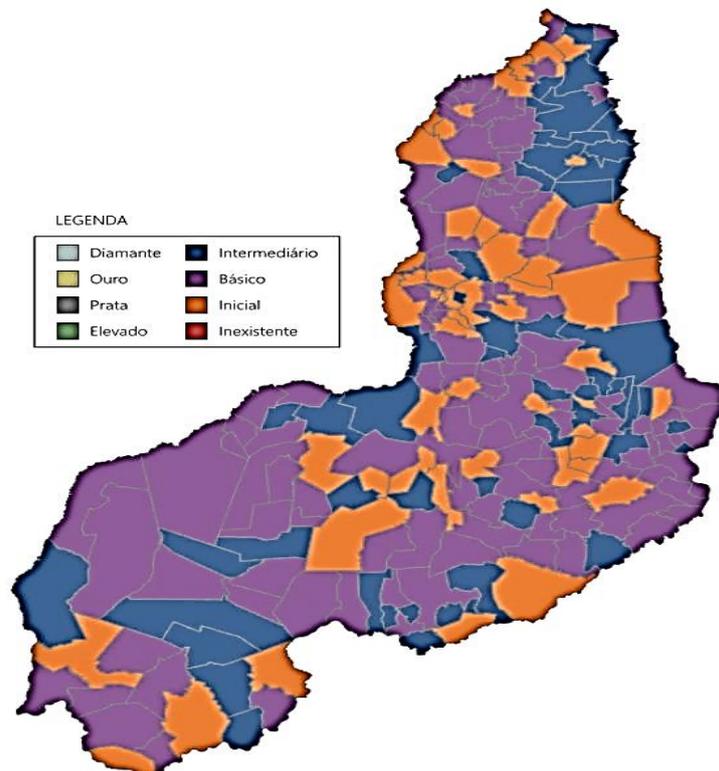
Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

3.2.1.3. Quadro geral da transparência municipal média – Executivo e Legislativo

O nível geral de transparência em entes municipais (prefeituras e câmaras) atingiu o percentual de 39,59%.

O mapa coroplético da Figura 05 representa o nível relativo à média das notas atingidas pelo Executivo e Legislativo de cada ente municipal:

Figura 5 - Mapa coroplético – notas por média municipal (Executivo e Legislativo) – avaliação do TCE-PI - 2023



3.2.2. Índice de transparência no âmbito estadual

A partir da aplicação dos questionários nos moldes preconizados no tópico 1.4, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 2 – Resultados – panorama da transparência

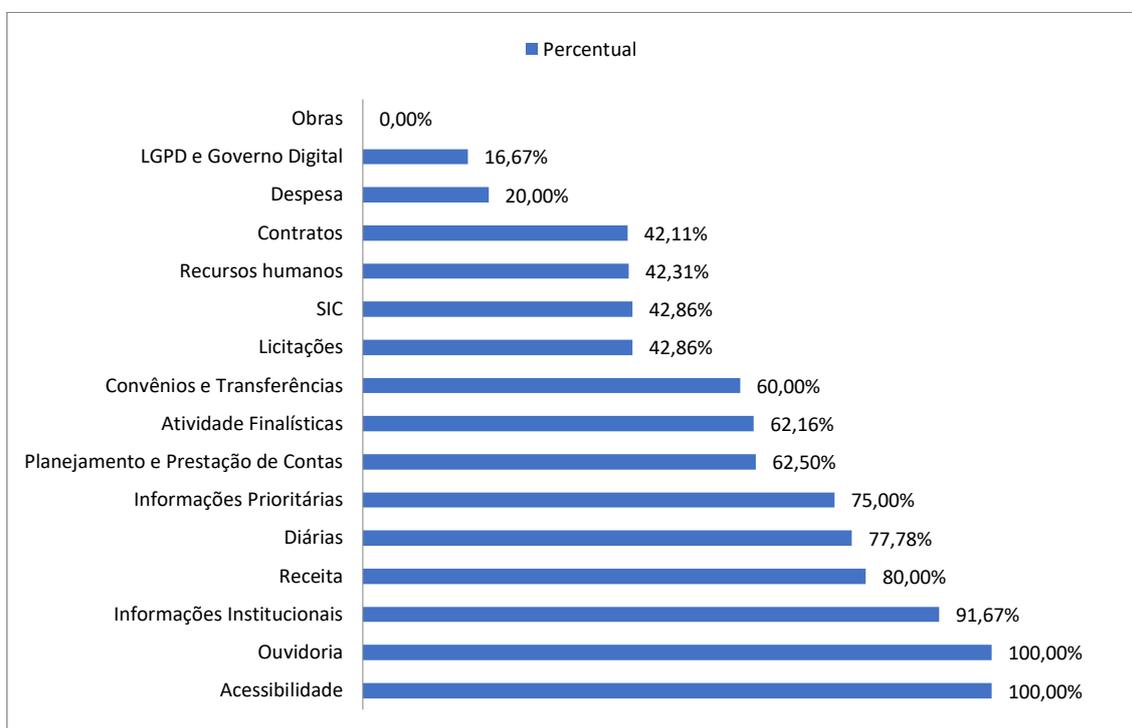
UG	Nota	Índice de Transparência
Assembleia Legislativa	62,78%	Intermediário
Defensoria Pública	73,81%	Intermediário
Ministério Público	97,55%	Diamante
Poder Executivo	67,05%	Intermediário
Tribunal de Contas do Estado	96,69%	Diamante
Tribunal de Justiça	96,67%	Diamante

3.2.2.1. Assembleia Legislativa

Na sua autoavaliação, a Assembleia Legislativa obteve uma nota de 75,30% com índice **"Elevado"**. Entretanto, na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a Assembleia Legislativa obteve nota 62,78%, alcançando o índice **"Intermediário"**.

Em relação às categorias analisadas, verificou-se maior aderência a divulgação de Acessibilidade, Ouvidoria, Informações Institucionais, Receita, etc. Por outro lado, teve uma menor aderência à divulgação a LGPG e Governo Digital, Despesa, Contratos, Recursos Humanos, Serviços de Informação ao Cidadão, etc. O Gráfico 05, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas.

Gráfico 5 – Atendimento de itens por dimensão – Assembleia Legislativa



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

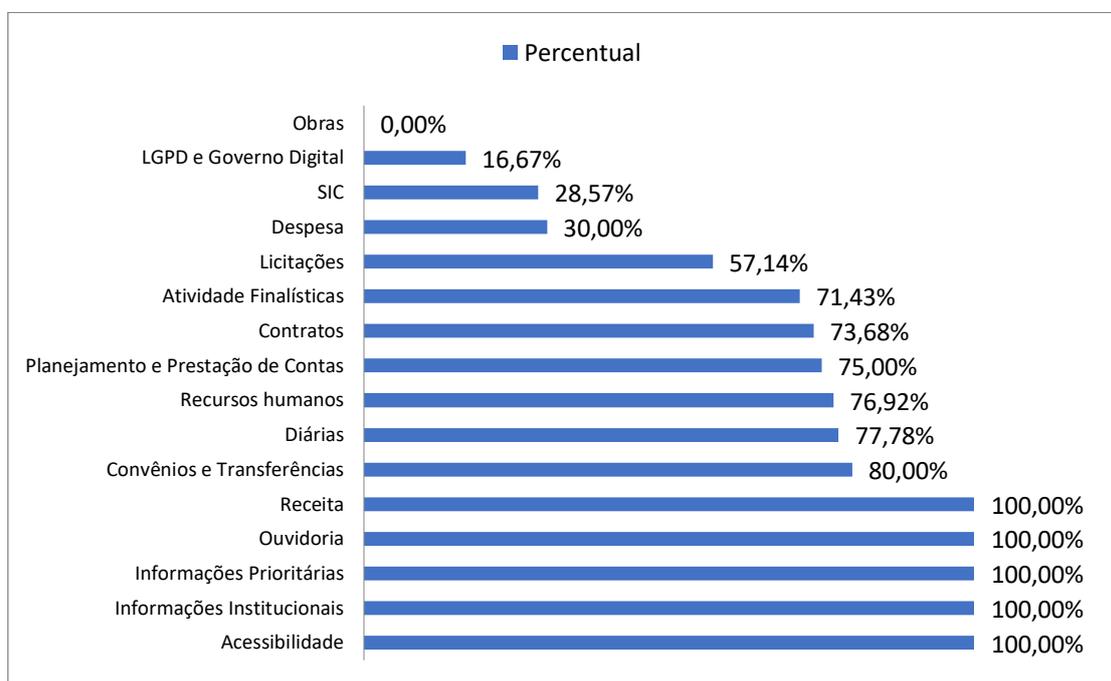
Por fim, em comparação ao exercício de 2022, a nota da Assembleia Legislativa passou de 46,61% para 62,78%, portanto, subindo do nível **"Básico"** para o nível **"Intermediário"** de transparência.

3.2.2.2. Defensoria Pública

Na sua autoavaliação, a Defensoria Pública obteve uma nota de 95,16% com índice **"Diamante"**. Contudo, na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a Defensoria Pública obteve nota 73,81%, alcançando o índice **"Intermediário"**.

Em relação às categorias analisadas, verificou-se maior aderência a divulgação de Acessibilidade, Ouvidoria, Informações Institucionais e Receita Por outro lado, teve uma menor aderência à divulgação a LGPD e Governo Digital, Despesa, Licitações e Serviços de Informação ao Cidadão. O Gráfico 06, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas.

Gráfico 6 - Atendimento de Itens por dimensão – Defensoria Pública



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

Por fim, em comparação ao exercício de 2022, a nota da Defensoria Pública passou de 62,50% para 73,81%, permanecendo no nível **"Intermediário"** de transparência.

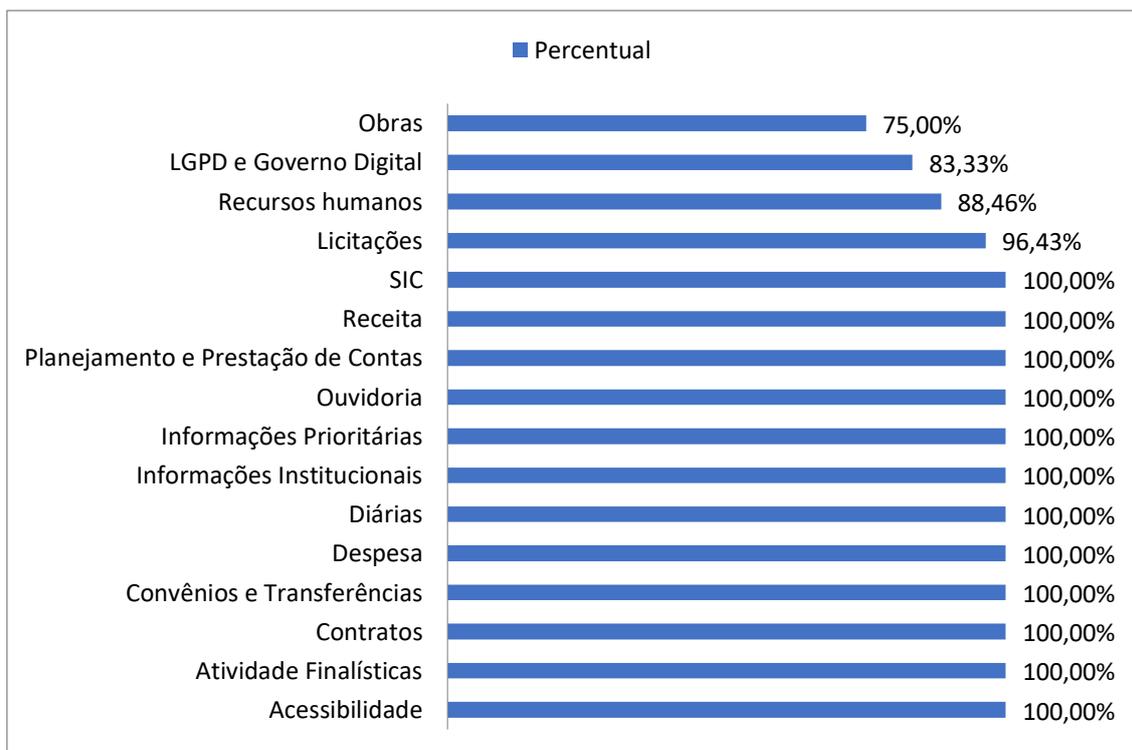
3.2.2.3. Ministério Público do Estado do Piauí

Na sua autoavaliação, o Ministério Público obteve uma nota de 99,65% com índice **"Diamante"**. Já, na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do

Piauí, o Ministério Público do Estado do Piauí obteve nota 97,55%, alcançando o índice **"Diamante"**.

Em relação às categorias analisadas, verificou-se que apenas nas dimensões Licitações, Recursos Humanos, LGPD, Governo Digital e Obras obteve uma aderência menor que 100%. O Gráfico 07, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas.

Gráfico 7 - Atendimento de Itens por dimensão – Ministério Público do Estado do Piauí



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

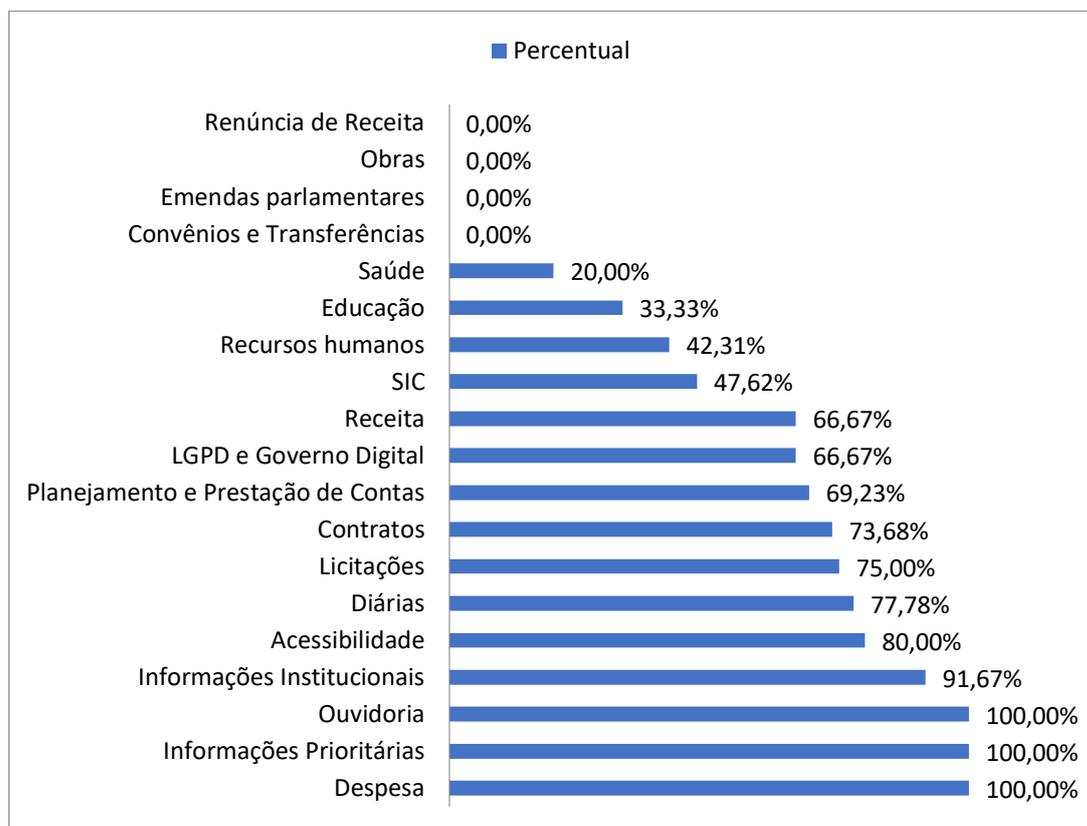
Por fim, em comparação ao exercício de 2022, a nota do Ministério Público passou de 76,72% para 97,55%, portanto, subindo do nível **"Elevado"** para o nível **"Diamante"**.

3.2.2.4. Poder Executivo do Estado do Piauí

Na sua autoavaliação, o Poder Executivo do Estado do Piauí obteve uma nota de 74,36% com índice **"intermediário"**. Entretanto, na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o Poder Executivo do Estado do Piauí obteve nota 67,05%, alcançando o índice **"Intermediário"**.

Em relação às categorias analisadas, verificou-se maior aderência à divulgação de Despesa, Ouvidoria, Informações Institucionais e Informações Prioritárias. Por outro lado, teve uma menor aderência à divulgação a Educação, Saúde, Convênios e Transferências, Obras e Renúncia de Receita. O Gráfico 08, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas.

Gráfico 8 - Atendimento de Itens por dimensão – Poder Executivo do Estado do Piauí



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

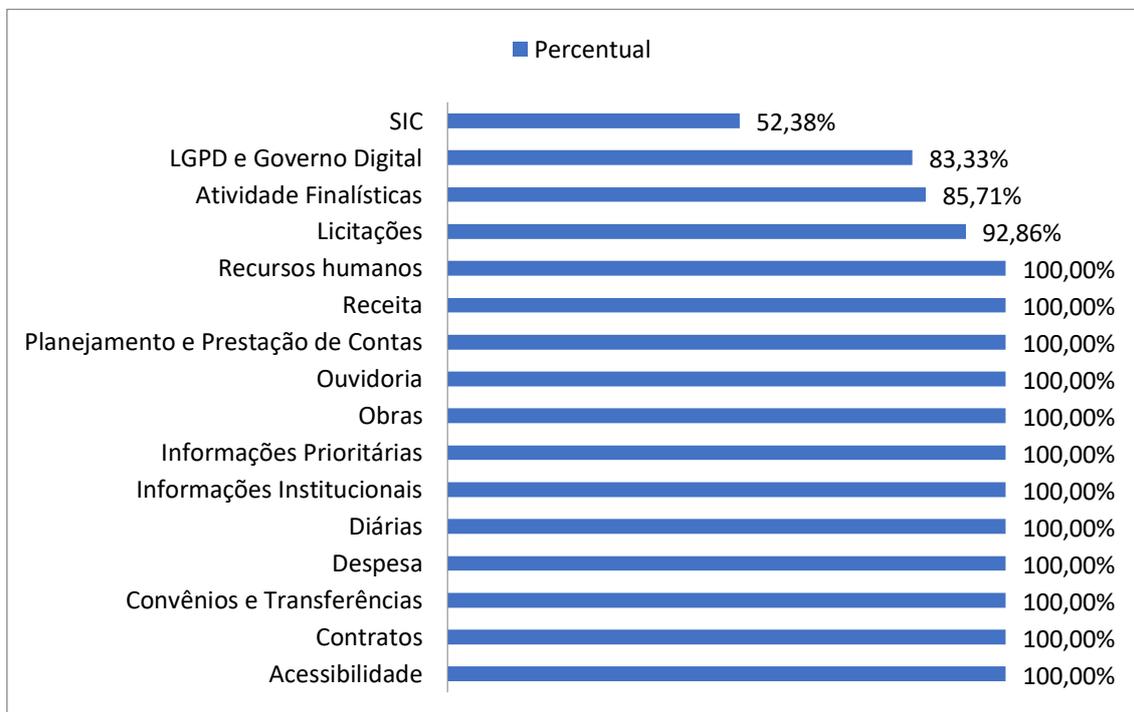
Por fim, em comparação ao exercício de 2022, a nota do Poder Executivo do Estado do Piauí passou de 84,76% para 67,05%, portanto, caindo do nível “Elevado” para o nível “Intermediário”.

3.2.2.5. Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Na sua autoavaliação, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí obteve uma nota de 96,69% com índice “Diamante”. Na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí obteve nota 96,69%, alcançando o nível de transparência “Diamante”.

Em relação às categorias analisadas, verificou-se que apenas nas dimensões Licitações, Atividades Finalísticas, LGPD, Governo Digital e Serviço de Informação do Cidadão obteve uma aderência menor que 100%. O Gráfico 09, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas.

Gráfico 9 - Atendimento de Itens por dimensão – Tribunal de Contas do Estado do Piauí



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

Por fim, em comparação ao exercício de 2022, a nota do Tribunal de Contas do Estado do Piauí passou de 98,78% para 96,69%, portanto, permanecendo no nível de transparência "**Diamante**".

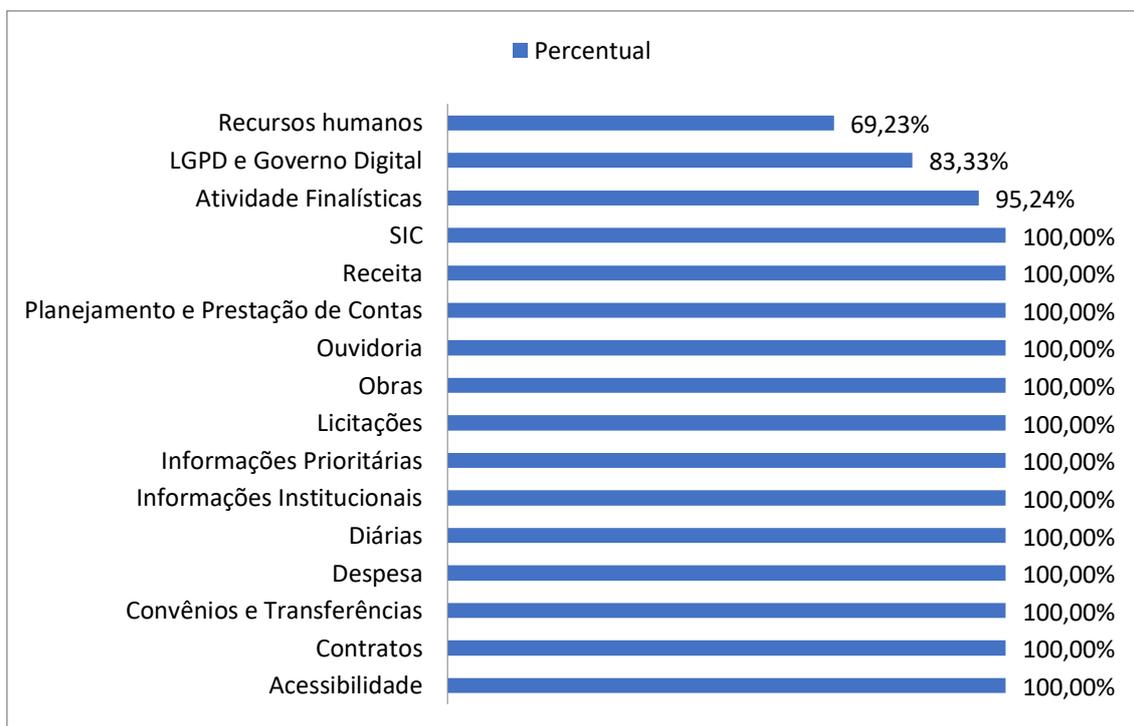
3.2.2.6. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Na sua autoavaliação, O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí obteve uma nota de 100% com índice "**Diamante**". Na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí obteve nota 96,67%, alcançando o nível de transparência "**Diamante**".

Em relação às categorias analisadas, verificou-se que apenas nas dimensões Atividades Finalísticas, LGPD, Governo Digital e Recursos Humanos obteve uma ade-

rência menor que 100%. O Gráfico 09, abaixo, demonstra o nível de aderência às dimensões analisadas.

Gráfico 10 - Atendimento de Itens por dimensão – Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br>

Por fim, em comparação ao exercício de 2022, a nota do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí passou de 77,16% para 96,67%, portanto, subindo do nível de transparência “Elevado” para o nível de transparência “Diamante”.

3.3. Diferenças expressivas entre a autoavaliação e a avaliação do Tribunal de Contas

A comparação entre a autoavaliação realizada pelas unidades jurisdicionadas e a avaliação realizada pelo Tribunal de Contas revelou algumas diferenças expressivas entre os índices alcançados por cada análise.

Por exemplo, dentre os portais avaliados, tem Unidades Gestoras sem portal da transparência ativo que na autoavaliação atingiram índices próximo ou igual a 90% e 100%. Bem como, outras Unidades Gestoras que na avaliação do Tribunal de Contas tiveram notas, aproximadamente, 50%, 60%, 70% e 80% menores que as notas obtidas na autoavaliação. **Ver apêndice 6.3**

Essa constatação corrobora a ausência de zelo de inúmeras Unidades Gestoras para com o PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública). Fato este preocupante, devido ao grau de relevância da transparência na administração pública, como informa o PNTP:

Para além de ser um direito do cidadão, a transparência na administração pública é uma ação concreta que possibilita, de fato, a fiscalização e o controle social, bem como viabiliza a participação da sociedade na tomada de decisões. Afinal, para controlar é preciso ter acesso às informações e conhecer. Saber com clareza como o dinheiro arrecadado com impostos é gasto pelos órgãos públicos (site: radarda-transparencia.atricon.org.br, acessado em 31 de janeiro de 2024.)

4. CONCLUSÃO

No âmbito municipal, o índice de transparência calculado sobre a média de Câmaras e Prefeituras Municipais do Estado do Piauí atingiu o nível Básico, ou seja, apenas cerca de 39,59% das informações de interesse público e das ferramentas de acesso estão disponíveis atualmente.

Já, no âmbito estadual, o índice de transparência calculado sobre a média dos entes estaduais do Estado do Piauí atingiu o nível Prata, ou seja, 82,43% das informações de interesse público e das ferramentas de acesso estão disponíveis atualmente.

Os desafios para a superação dos entraves ao cidadão para o acesso à informação, além dos esforços dos gestores estaduais e municipais das unidades envolvidas, passam também por busca de boas práticas na forma de disponibilização dos dados de interesse público e da ampla utilização pelos setores sociais das ferramentas já existentes, com vistas a ofertar aos gestores e empresas de tecnologia da informação contratadas para manutenção dos portais adequados as reais necessidades de transparência e de facilitação do acesso, sem deixar de lado medidas para universalização da internet.

Por fim, informa – se que todos os resultados estão disponíveis para livre consulta de qualquer interessado no “**Radar da Transparência Pública**” disponível em <https://radardatransparencia.atricon.org.br> publicado e mantido pela **Atricon** (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil)

5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS

Considerando que o processo de levantamento não acarreta punições e que a modalidade processual dispensa a citação dos gestores, a Diretoria de Fiscalização de Gestão e Contas Públicas requer a submissão desse relatório ao Plenário para conhecimento e deliberação quanto às seguintes propostas de encaminhamento:

Preliminarmente:

a) Remessa dos autos ao representante do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, na forma regimental.

Ao final do procedimento:

b) Envio do presente relatório de levantamento para comunicação dos resultados:

b1. aos gestores das Prefeituras e Câmaras Municipais, por meio do cadastro de avisos (sistema interno – TCE-PI);

b2. ao gestor da Assembleia Legislativa;

b3. ao gestor da Defensoria Pública;

b4. ao gestor do Ministério Público Estadual;

b5. ao gestor do Poder Executivo Estadual;

b6. ao gestor do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;

b2. à Associação Piauiense de Municípios (APPM);

b3. à União das Câmaras Municipais do Estado do Piauí (AVEP);

b4. à Procuradoria-Geral de Justiça do egrégio Ministério Público do Estado do Piauí;

b5. à Procuradoria da República no Estado do Piauí (Ministério Público Federal).

c) Promoção de divulgação dos resultados obtidos por meio dos painéis/infográficos resultantes desse trabalho, nos meios de comunicação, no site institucional e redes sociais do TCE-PI, a fim de oferecer o cidadão o acesso à informação clara e de fácil compreensão, fortalecendo assim o controle social;

d) Expedição de alerta às Câmaras e Prefeituras cujo índice de transparência se encontra no nível "inexistente" para que procedam à recuperação de portal indisponível ou instituem portal da transparência para fins de divulgação das informações a que se referem os arts. 48 e 48-A da LRF, bem

como o art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Ademais, pela natureza jurídica específica do processo de Levantamento demanda, SUGERE-SE AO RELATOR, caso recepcione eventuais pedidos, prestação de informações, solicitações e/ou quaisquer manifestações proveniente dos jurisdicionados envolvidos, que os encaminhe em forma de documento para manifestação preliminar da DFCONTAS antes de se decidir por eventual juntada aos presentes autos.

Após todas as providências, determinar o arquivamento do feito.

É o relatório.

Teresina, 01 de fevereiro de 2024.

(assinado digitalmente)

Jailson Barros Sousa
Auditor de Controle Externo

Supervisão:

(assinado digitalmente)

Sandra Maria de Oliveira Saraiva
Auditora de Controle Externo
Chefe da V Divisão da DFCONTAS

Visto:

(assinado digitalmente)

Liana de Castro Melo Campelo
Auditora de Controle Externo
Diretora da DFCONTAS

6. APÊNDICES

6.1. Unidades cuja avaliação dos portais não foi objeto de validação pelo TCE-PI

<i>Unidade Gestora</i>	<i>Município</i>	<i>Índice</i>
<i>Câmara Municipal de Acauã</i>	Acauã (PI)	31.75
<i>Câmara Municipal de Agricolândia</i>	Agricolândia (PI)	31.02
<i>Câmara Municipal de Alegrete do Piauí</i>	Alegrete do Piauí (PI)	56.68
<i>Câmara Municipal de Aroazes</i>	Aroazes (PI)	69.71
<i>Câmara Municipal de Barreiras do Piauí</i>	Barreiras do Piauí (PI)	55.11
<i>Câmara Municipal de Barro Duro</i>	Barro Duro (PI)	63.65
<i>Câmara Municipal de Bela Vista do Piauí</i>	Bela Vista do Piauí (PI)	30.54
<i>Câmara Municipal de Betânia do Piauí</i>	Betânia do Piauí (PI)	31.26
<i>Câmara Municipal de Bonfim do Piauí</i>	Bonfim do Piauí (PI)	63.14
<i>Câmara Municipal de Cajueiro da Praia</i>	Cajueiro da Praia (PI)	61.13
<i>Câmara Municipal de Capitão de Campos</i>	Capitão de Campos (PI)	69.76
<i>Câmara Municipal de Capitão Gervásio Oliveira</i>	Capitão Gervásio Oliveira (PI)	27.27
<i>Câmara Municipal de Caxingó</i>	Caxingó (PI)	64.96
<i>Câmara Municipal de Currais</i>	Currais (PI)	49.54
<i>Câmara Municipal de Domingos Mourão</i>	Domingos Mourão (PI)	64.2
<i>Câmara Municipal de Elesbão Veloso</i>	Elesbão Veloso (PI)	71.64
<i>Câmara Municipal de Eliseu Martins</i>	Eliseu Martins (PI)	47.0
<i>Câmara Municipal de Fronteiras</i>	Fronteiras (PI)	73.5
<i>Câmara Municipal de Jaicós</i>	Jaicós (PI)	73.73
<i>Câmara Municipal de Joca Marques</i>	Joca Marques (PI)	36.43
<i>Câmara Municipal de Júlio Borges</i>	Júlio Borges (PI)	69.65
<i>Câmara Municipal de Lagoa Alegre</i>	Lagoa Alegre (PI)	51.68
<i>Câmara Municipal de Lagoa de São Francisco</i>	Lagoa de São Francisco (PI)	37.85
<i>Câmara Municipal de Marcolândia</i>	Marcolândia (PI)	39.06
<i>Câmara Municipal de Matias Olímpio</i>	Matias Olímpio (PI)	44.03
<i>Câmara Municipal de Milton Brandão</i>	Milton Brandão (PI)	57.11
<i>Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito</i>	Monsenhor Hipólito (PI)	59.0
<i>Câmara Municipal de Nova Santa Rita</i>	Nova Santa Rita (PI)	73.58
<i>Câmara Municipal de Paquetá</i>	Paquetá (PI)	54.23
<i>Câmara Municipal de Pedro II</i>	Pedro II (PI)	72.7
<i>Câmara Municipal de Riacho Frio</i>	Riacho Frio (PI)	71.66
<i>Câmara Municipal de Santa Cruz do Piauí</i>	Santa Cruz do Piauí (PI)	59.47
<i>Câmara Municipal de Santana do Piauí</i>	Santana do Piauí (PI)	57.53
<i>Câmara Municipal de São João da Fronteira</i>	São João da Fronteira (PI)	50.55
<i>Câmara Municipal de São João da Serra</i>	São João da Serra (PI)	40.58
<i>Câmara Municipal de São José do Piauí</i>	São José do Piauí (PI)	69.32
<i>Câmara Municipal de São Luis do Piauí</i>	São Luis do Piauí (PI)	49.43

6.2. Níveis de transparência – PNTP 2023

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Assembleia Legislativa do Estado de Piauí	75,30%	Elevado	62,78%	Intermediário	-12,52%	Sim
Câmara Municipal de Acauã	31,75%	Básico	31,75%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Agricolândia	31,02%	Básico	31,02%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Água Branca	91,15%	Ouro	38,89%	Básico	-52,26%	Sim
Câmara Municipal de Alagoinha do Piauí	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Alegrete do Piauí	56,68%	Intermediário	56,68%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Alto Longá	82,92%	Prata	31,46%	Básico	-51,46%	Sim
Câmara Municipal de Altos	99,37%	Diamante	11,11%	Inicial	-88,26%	Sim
Câmara Municipal de Alvorada do Gurguéia	90,74%	Ouro	40,57%	Básico	-50,17%	Sim
Câmara Municipal de Amarante	76,34%	Elevado	42,55%	Básico	-33,79%	Sim
Câmara Municipal de Angical do Piauí	33,82%	Básico	33,82%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Anísio de Abreu	47,17%	Básico	47,17%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Antônio Almeida	17,88%	Inicial	17,88%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Aroazes	69,71%	Intermediário	69,71%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Aroeiras do Itaim	10,93%	Inicial	10,93%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Arraial	18,09%	Inicial	18,09%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Assunção do Piauí	18,74%	Inicial	18,74%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Avelino Lopes	90,74%	Ouro	51,75%	Intermediário	-38,99%	Sim
Câmara Municipal de Baixa Grande do Ribeiro	6,22%	Inicial	27,99%	Inicial	21,77%	Sim
Câmara Municipal de Barra D'Alcântara	100,00%	Diamante	52,66%	Intermediário	-47,34%	Sim
Câmara Municipal de Barras	84,37%	Elevado	31,08%	Básico	-53,29%	Sim
Câmara Municipal de Barreiras do Piauí	55,11%	Intermediário	55,11%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Barro Duro	63,65%	Intermediário	63,65%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Batalha	15,46%	Inicial	15,46%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Bela Vista do Piauí	30,54%	Básico	30,54%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Belém do Piauí	88,60%	Ouro	49,54%	Básico	-39,06%	Sim
Câmara Municipal de Beneditinos	100,00%	Diamante	57,43%	Intermediário	-42,57%	Sim
Câmara Municipal de Bertolínia	21,24%	Inicial	21,24%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Betânia do Piauí	31,26%	Básico	31,26%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Boa Hora	94,45%	Ouro	33,09%	Básico	-61,36%	Sim
Câmara Municipal de Bocaina	99,36%	Diamante	52,29%	Intermediário	-47,07%	Sim
Câmara Municipal de Bom Jesus	92,16%	Ouro	55,57%	Intermediário	-36,59%	Sim
Câmara Municipal de Bom Princípio do Piauí	22,94%	Inicial	22,94%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Bonfim do Piauí	63,14%	Intermediário	63,14%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Boqueirão do Piauí	80,78%	Elevado	29,66%	Inicial	-51,12%	Sim
Câmara Municipal de Brasileira	82,53%	Prata	62,60%	Intermediário	-19,93%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Câmara Municipal de Brejo do Piauí	88,93%	Ouro	53,91%	Intermediário	-35,02%	Sim
Câmara Municipal de Buriti dos Lopes	23,42%	Inicial	23,42%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Buriti dos Montes	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Cabeceiras do Piauí	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Cajazeiras do Piauí	24,41%	Inicial	24,41%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Cajueiro da Praia	61,13%	Intermediário	61,13%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Caldeirão Grande do Piauí	90,10%	Ouro	40,64%	Básico	-49,46%	Sim
Câmara Municipal de Campinas do Piauí	10,52%	Inicial	10,52%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Campo Alegre do Fidalgo	85,07%	Ouro	42,87%	Básico	-42,20%	Sim
Câmara Municipal de Campo Grande do Piauí	28,21%	Inicial	28,21%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Campo Largo do Piauí	94,45%	Ouro	26,20%	Inicial	-68,25%	Sim
Câmara Municipal de Campo Maior	32,93%	Básico	32,93%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Canaveira	12,37%	Inicial	12,37%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Canto do Buriti	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Capitão de Campos	69,76%	Intermediário	69,76%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Capitão Gervásio Oliveira	27,27%	Inicial	27,27%	Inicial	0,00%	Não
Câmara Municipal de Caracol	87,73%	Elevado	25,27%	Inicial	-62,46%	Sim
Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí	81,74%	Elevado	74,72%	Intermediário	-7,02%	Sim
Câmara Municipal de Caridade do Piauí	100,00%	Diamante	23,51%	Inicial	-76,49%	Sim
Câmara Municipal de Castelo do Piauí	5,56%	Inicial	14,17%	Inicial	8,61%	Sim
Câmara Municipal de Caxingó	64,96%	Intermediário	64,96%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Cocal	82,05%	Elevado	37,65%	Básico	-44,40%	Sim
Câmara Municipal de Cocal de Telha	14,41%	Inicial	14,41%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Cocal dos Alves	82,05%	Elevado	25,14%	Inicial	-56,91%	Sim
Câmara Municipal de Coivaras	11,84%	Inicial	11,84%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia	16,12%	Inicial	16,12%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Colônia do Piauí	99,91%	Diamante	15,85%	Inicial	-84,06%	Sim
Câmara Municipal de Conceição do Canindé	19,76%	Inicial	19,76%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Coronel José Dias	83,35%	Prata	65,26%	Intermediário	-18,09%	Sim
Câmara Municipal de Corrente	30,43%	Básico	30,43%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Cristalândia do Piauí	10,17%	Inicial	10,17%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Cristino Castro	90,74%	Ouro	39,03%	Básico	-51,71%	Sim
Câmara Municipal de Curimatá	84,41%	Elevado	74,74%	Intermediário	-9,67%	Sim
Câmara Municipal de Currais	49,54%	Básico	49,54%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Curral Novo do Piauí	93,74%	Ouro	32,34%	Básico	-61,40%	Sim
Câmara Municipal de Currealinhos	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Demerval Lobão	96,46%	Diamante	18,50%	Inicial	-77,96%	Sim
Câmara Municipal de Dirceu Arcoverde	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Câmara Municipal de Dom Expedito Lopes	30,70%	Básico	30,70%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Dom Inocêncio	16,40%	Inicial	16,40%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Domingos Mourão	64,20%	Intermediário	64,20%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Elesbão Veloso	71,64%	Intermediário	71,64%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Eliseu Martins	47,00%	Básico	47,00%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Esperantina	80,05%	Elevado	26,03%	Inicial	-54,02%	Sim
Câmara Municipal de Fartura do Piauí	91,01%	Ouro	38,83%	Básico	-52,18%	Sim
Câmara Municipal de Flores do Piauí	100,00%	Diamante	14,69%	Inicial	-85,31%	Sim
Câmara Municipal de Floresta do Piauí	82,24%	Prata	62,92%	Intermediário	-19,32%	Sim
Câmara Municipal de Floriano	42,19%	Básico	42,19%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Francinópolis	44,06%	Básico	44,06%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Francisco Ayres	94,45%	Ouro	48,33%	Básico	-46,12%	Sim
Câmara Municipal de Francisco Macedo	88,46%	Ouro	50,57%	Intermediário	-37,89%	Sim
Câmara Municipal de Francisco Santos	89,63%	Ouro	41,05%	Básico	-48,58%	Sim
Câmara Municipal de Fronteiras	73,50%	Intermediário	73,50%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Geminiano	93,96%	Ouro	17,65%	Inicial	-76,31%	Sim
Câmara Municipal de Gilbués	98,31%	Elevado	17,11%	Inicial	-81,20%	Sim
Câmara Municipal de Guadalupe	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Guaribas	80,92%	Elevado	39,78%	Básico	-41,14%	Sim
Câmara Municipal de Hugo Napoleão	95,32%	Diamante	19,83%	Inicial	-75,49%	Sim
Câmara Municipal de Ilha Grande	30,70%	Básico	30,70%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Inhumas	21,71%	Inicial	21,71%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Ipiranga do Piauí	77,58%	Elevado	70,90%	Intermediário	-6,68%	Sim
Câmara Municipal de Isaías Coelho	15,01%	Inicial	15,01%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Itainópolis	25,89%	Inicial	25,89%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Itaueira	100,00%	Diamante	15,35%	Inicial	-84,65%	Sim
Câmara Municipal de Jacobina do Piauí	24,68%	Inicial	24,68%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Jaicós	73,73%	Intermediário	73,73%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Jardim do Mulato	16,67%	Inicial	16,67%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Jatobá do Piauí	94,93%	Ouro	43,06%	Básico	-51,87%	Sim
Câmara Municipal de Jerumenha	80,63%	Elevado	65,40%	Intermediário	-15,23%	Sim
Câmara Municipal de João Costa	83,45%	Prata	65,26%	Intermediário	-18,19%	Sim
Câmara Municipal de Joaquim Pires	82,74%	Elevado	57,86%	Intermediário	-24,88%	Sim
Câmara Municipal de Joca Marques	36,43%	Básico	36,43%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de José de Freitas	17,94%	Inicial	17,94%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Juazeiro do Piauí	100,00%	Diamante	19,53%	Inicial	-80,47%	Sim
Câmara Municipal de Júlio Borges	69,65%	Intermediário	69,65%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Jurema	87,41%	Ouro	36,32%	Básico	-51,09%	Sim
Câmara Municipal de Lagoa Alegre	51,68%	Intermediário	51,68%	Intermediário	0,00%	Não

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Câmara Municipal de Lagoa de São Francisco	37,85%	Básico	37,85%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Lagoa do Barro do Piauí	13,88%	Inicial	13,88%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Lagoa do Piauí	95,32%	Diamante	28,03%	Inicial	-67,29%	Sim
Câmara Municipal de Lagoa do Sítio	13,73%	Inicial	13,73%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Lagoinha do Piauí	89,75%	Ouro	0,00%	Inexistente	-89,75%	Sim
Câmara Municipal de Landri Sales	93,95%	Ouro	27,01%	Inicial	-66,94%	Sim
Câmara Municipal de Luís Correia	78,91%	Elevado	73,54%	Intermediário	-5,37%	Sim
Câmara Municipal de Luzilândia	99,85%	Diamante	22,32%	Inicial	-77,53%	Sim
Câmara Municipal de Madeiro	36,98%	Básico	36,98%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Manoel Emídio	24,78%	Inicial	24,78%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Marcolândia	39,06%	Básico	39,06%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Marcos Parente	40,77%	Básico	40,77%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Massapê do Piauí	75,94%	Elevado	62,69%	Intermediário	-13,25%	Sim
Câmara Municipal de Matias Olímpio	44,03%	Básico	44,03%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de Miguel Alves	87,20%	Ouro	36,40%	Básico	-50,80%	Sim
Câmara Municipal de Miguel Leão	99,31%	Diamante	43,51%	Básico	-55,80%	Sim
Câmara Municipal de Milton Brandão	57,11%	Intermediário	57,11%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Monsenhor Gil	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito	59,00%	Intermediário	59,00%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Monte Alegre do Piauí	94,30%	Ouro	32,50%	Básico	-61,80%	Sim
Câmara Municipal de Morro Cabeça no Tempo	1,59%	Inicial	1,59%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Morro do Chapéu do Piauí	14,88%	Inicial	14,88%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Murici dos Portelas	7,49%	Inicial	7,49%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Nazaré do Piauí	15,12%	Inicial	15,12%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Nazária	90,24%	Ouro	40,62%	Básico	-49,62%	Sim
Câmara Municipal de Nossa Senhora de Nazaré	12,95%	Inicial	12,95%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Nossa Senhora dos Remédios	17,43%	Inicial	17,43%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Nova Santa Rita	73,58%	Intermediário	73,58%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Novo Oriente do Piauí	30,42%	Básico	30,42%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Novo Santo Antônio	100,00%	Diamante	55,64%	Intermediário	-44,36%	Sim
Câmara Municipal de Oeiras	99,62%	Diamante	35,79%	Básico	-63,83%	Sim
Câmara Municipal de Olho D'Água do Piauí	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Padre Marcos	83,20%	Prata	31,44%	Básico	-51,76%	Sim
Câmara Municipal de Paes Landim	99,48%	Diamante	49,01%	Básico	-50,47%	Sim
Câmara Municipal de Pajeú do Piauí	92,08%	Ouro	66,77%	Intermediário	-25,31%	Sim
Câmara Municipal de Palmeira do Piauí	90,17%	Ouro	37,03%	Básico	-53,14%	Sim
Câmara Municipal de Palmeirais	21,32%	Inicial	21,32%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Paquetá	54,23%	Intermediário	54,23%	Intermediário	0,00%	Não

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Câmara Municipal de Parnaguá	92,23%	Ouro	19,41%	Inicial	-72,82%	Sim
Câmara Municipal de Parnaíba	90,22%	Ouro	53,61%	Intermediário	-36,61%	Sim
Câmara Municipal de Passagem Franca do Piauí	89,71%	Ouro	26,14%	Inicial	-63,57%	Sim
Câmara Municipal de Patos do Piauí	17,89%	Inicial	17,89%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Pau D'Arco do Piauí	25,39%	Inicial	25,39%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Paulistana	15,80%	Inicial	15,80%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Pavussu	98,07%	Diamante	73,18%	Intermediário	-24,89%	Sim
Câmara Municipal de Pedro II	72,70%	Intermediário	72,70%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Pedro Laurentino	22,13%	Inicial	22,13%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Picos	100,00%	Diamante	59,17%	Intermediário	-40,83%	Sim
Câmara Municipal de Pimenteiras	97,08%	Diamante	67,53%	Intermediário	-29,55%	Sim
Câmara Municipal de Pio IX	99,19%	Diamante	68,79%	Intermediário	-30,40%	Sim
Câmara Municipal de Piracuruca	78,15%	Elevado	45,51%	Básico	-32,64%	Sim
Câmara Municipal de Piripiri	90,07%	Ouro	55,13%	Intermediário	-34,94%	Sim
Câmara Municipal de Porto	25,64%	Inicial	25,64%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Porto Alegre do Piauí	99,69%	Diamante	30,08%	Básico	-69,61%	Sim
Câmara Municipal de Prata do Piauí	20,36%	Inicial	20,36%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Queimada Nova	81,64%	Prata	49,78%	Básico	-31,86%	Sim
Câmara Municipal de Redenção do Gurguéia	90,74%	Ouro	48,09%	Básico	-42,65%	Sim
Câmara Municipal de Regeneração	92,02%	Ouro	27,29%	Inicial	-64,73%	Sim
Câmara Municipal de Riacho Frio	71,66%	Intermediário	71,66%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Ribeira do Piauí	100,00%	Diamante	9,74%	Inicial	-90,26%	Sim
Câmara Municipal de Ribeiro Gonçalves	12,23%	Inicial	12,23%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Rio Grande do Piauí	99,46%	Diamante	11,42%	Inicial	-88,04%	Sim
Câmara Municipal de Santa Cruz do Piauí	59,47%	Intermediário	59,47%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Santa Cruz dos Milagres	100,00%	Diamante	33,31%	Básico	-66,69%	Sim
Câmara Municipal de Santa Filomena	90,74%	Ouro	37,61%	Básico	-53,13%	Sim
Câmara Municipal de Santa Luz	12,44%	Inicial	12,44%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Santa Rosa do Piauí	96,40%	Diamante	41,44%	Básico	-54,96%	Sim
Câmara Municipal de Santana do Piauí	57,53%	Intermediário	57,53%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de Santo Antônio de Lisboa	78,20%	Prata	60,96%	Intermediário	-17,24%	Sim
Câmara Municipal de Santo Antônio dos Milagres	98,87%	Diamante	16,80%	Inicial	-82,07%	Sim
Câmara Municipal de Santo Inácio do Piauí	100,00%	Diamante	12,53%	Inicial	-87,47%	Sim
Câmara Municipal de São Braz do Piauí	16,08%	Inicial	16,08%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Félix do Piauí	2,14%	Inicial	2,14%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Francisco de Assis do Piauí	5,56%	Inicial	11,50%	Inicial	5,94%	Sim
Câmara Municipal de São Francisco do Piauí	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Gonçalo do Gurguéia	99,48%	Diamante	29,40%	Inicial	-70,08%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Câmara Municipal de São Gonçalo do Piauí	97,08%	Diamante	74,62%	Intermediário	-22,46%	Sim
Câmara Municipal de São João da Canabrava	75,96%	Prata	38,35%	Básico	-37,61%	Sim
Câmara Municipal de São João da Fronteira	50,55%	Intermediário	50,55%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de São João da Serra	40,58%	Básico	40,58%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de São João da Varjota	99,35%	Diamante	52,07%	Intermediário	-47,28%	Sim
Câmara Municipal de São João do Arraial	81,18%	Elevado	15,57%	Inicial	-65,61%	Sim
Câmara Municipal de São João do Piauí	76,00%	Prata	44,70%	Básico	-31,30%	Sim
Câmara Municipal de São José do Divino	89,90%	Ouro	71,06%	Intermediário	-18,84%	Sim
Câmara Municipal de São José do Peixe	100,00%	Diamante	31,21%	Básico	-68,79%	Sim
Câmara Municipal de São José do Piauí	69,32%	Intermediário	69,32%	Intermediário	0,00%	Não
Câmara Municipal de São Julião	14,33%	Inicial	14,33%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Lourenço do Piauí	87,06%	Ouro	61,08%	Intermediário	-25,98%	Sim
Câmara Municipal de São Luis do Piauí	49,43%	Básico	49,43%	Básico	0,00%	Não
Câmara Municipal de São Miguel da Baixa Grande	19,33%	Inicial	19,33%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Miguel do Fidalgo	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Miguel do Tapuio	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de São Pedro do Piauí	80,82%	Elevado	29,25%	Inicial	-51,57%	Sim
Câmara Municipal de São Raimundo Nonato	13,77%	Inicial	13,77%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Sebastião Barros	90,17%	Ouro	27,93%	Inicial	-62,24%	Sim
Câmara Municipal de Sebastião Leal	24,02%	Inicial	24,02%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Sigefredo Pacheco	15,89%	Inicial	15,89%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Simões	87,36%	Ouro	34,33%	Básico	-53,03%	Sim
Câmara Municipal de Simplicio Mendes	13,71%	Inicial	13,71%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Socorro do Piauí	98,51%	Diamante	28,21%	Inicial	-70,30%	Sim
Câmara Municipal de Sussuapara	18,35%	Inicial	18,35%	Inicial	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Tamboril do Piauí	86,42%	Ouro	37,29%	Básico	-49,13%	Sim
Câmara Municipal de Tanque do Piauí	97,16%	Diamante	33,11%	Básico	-64,05%	Sim
Câmara Municipal de Teresina	6,47%	Inicial	51,50%	Intermediário	45,03%	Sim
Câmara Municipal de União	100,00%	Diamante	12,89%	Inicial	-87,11%	Sim
Câmara Municipal de Uruçuí	37,75%	Básico	37,75%	Básico	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Valença do Piauí	99,33%	Diamante	11,27%	Inicial	-88,06%	Sim
Câmara Municipal de Várzea Branca	100,00%	Diamante	34,93%	Básico	-65,07%	Sim
Câmara Municipal de Várzea Grande	79,53%	Elevado	37,54%	Básico	-41,99%	Sim
Câmara Municipal de Vera Mendes	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Câmara Municipal de Vila Nova do Piauí	96,12%	Diamante	26,27%	Inicial	-69,85%	Sim
Câmara Municipal de Wall Ferraz	34,40%	Básico	34,40%	Básico	0,00%	Sim
Defensoria Pública do Estado de Piauí	95,16%	Diamante	73,81%	Intermediário	-21,35%	Sim
Governo do Estado de Piauí	74,36%	Intermediário	67,05%	Intermediário	-7,31%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Ministério Público do Estado de Piauí	99,65%	Diamante	97,55%	Diamante	-2,10%	Sim
Prefeitura Municipal de Acauã	60,78%	Intermediário	49,29%	Básico	-11,49%	Sim
Prefeitura Municipal de Agricolândia	20,75%	Inicial	20,75%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Água Branca	57,58%	Intermediário	47,92%	Básico	-9,66%	Sim
Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí	53,59%	Intermediário	53,59%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Alegrete do Piauí	72,83%	Intermediário	66,60%	Intermediário	-6,23%	Sim
Prefeitura Municipal de Alto Longá	98,30%	Diamante	19,04%	Inicial	-79,26%	Sim
Prefeitura Municipal de Altos	98,65%	Diamante	46,51%	Básico	-52,14%	Sim
Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia	77,33%	Elevado	72,89%	Intermediário	-4,44%	Sim
Prefeitura Municipal de Amarante	80,09%	Prata	72,86%	Intermediário	-7,23%	Sim
Prefeitura Municipal de Angical do Piauí	68,30%	Intermediário	64,74%	Intermediário	-3,56%	Sim
Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu	85,36%	Ouro	70,53%	Intermediário	-14,83%	Sim
Prefeitura Municipal de Antônio Almeida	44,23%	Básico	69,10%	Intermediário	24,87%	Sim
Prefeitura Municipal de Aroazes	46,29%	Básico	48,85%	Básico	2,56%	Sim
Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim	45,11%	Básico	45,11%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Arraial	70,47%	Intermediário	67,13%	Intermediário	-3,34%	Sim
Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí	42,15%	Básico	42,15%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Avelino Lopes	53,10%	Intermediário	34,62%	Básico	-18,48%	Sim
Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro	67,65%	Intermediário	60,11%	Intermediário	-7,54%	Sim
Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara	100,00%	Diamante	19,78%	Inicial	-80,22%	Sim
Prefeitura Municipal de Barras	87,06%	Ouro	31,65%	Básico	-55,41%	Sim
Prefeitura Municipal de Barreiras do Piauí	32,50%	Básico	32,50%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Barro Duro	98,84%	Diamante	39,97%	Básico	-58,87%	Sim
Prefeitura Municipal de Batalha	61,27%	Intermediário	57,84%	Intermediário	-3,43%	Sim
Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí	100,00%	Diamante	16,87%	Inicial	-83,13%	Sim
Prefeitura Municipal de Belém do Piauí	87,28%	Elevado	38,48%	Básico	-48,80%	Sim
Prefeitura Municipal de Beneditinos	96,46%	Elevado	69,52%	Intermediário	-26,94%	Sim
Prefeitura Municipal de Bertolínia	54,40%	Intermediário	54,40%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí	91,80%	Ouro	66,65%	Intermediário	-25,15%	Sim
Prefeitura Municipal de Boa Hora	50,05%	Intermediário	50,05%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Bocaina	36,75%	Básico	36,75%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Bom Jesus	91,58%	Ouro	60,54%	Intermediário	-31,04%	Sim
Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí	24,40%	Inicial	24,40%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí	75,16%	Prata	74,08%	Intermediário	-1,08%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí	24,63%	Inicial	40,18%	Básico	15,55%	Sim
Prefeitura Municipal de Brasileira	65,66%	Intermediário	65,66%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí	43,26%	Básico	45,14%	Básico	1,88%	Sim
Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes	90,92%	Elevado	0,00%	Inexistente	-90,92%	Sim
Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes	99,37%	Diamante	58,10%	Intermediário	-41,27%	Sim
Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí	76,24%	Prata	42,98%	Básico	-33,26%	Sim
Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piauí	23,82%	Inicial	3,04%	Inicial	-20,78%	Sim
Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia	11,33%	Inicial	11,33%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Caldeirão Grande do Piauí	75,76%	Prata	56,10%	Intermediário	-19,66%	Sim
Prefeitura Municipal de Campinas do Piauí	50,61%	Intermediário	50,61%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo	20,96%	Inicial	20,96%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Campo Grande do Piauí	62,21%	Intermediário	62,21%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí	42,62%	Básico	42,62%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Campo Maior	59,41%	Intermediário	59,41%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Canavieira	100,00%	Diamante	15,23%	Inicial	-84,77%	Sim
Prefeitura Municipal de Canto do Buriti	74,09%	Intermediário	57,20%	Intermediário	-16,89%	Sim
Prefeitura Municipal de Capitão de Campos	56,57%	Intermediário	36,44%	Básico	-20,13%	Sim
Prefeitura Municipal de Capitão Gervásio Oliveira	69,85%	Intermediário	37,04%	Básico	-32,81%	Sim
Prefeitura Municipal de Caracol	0,00%	Inexistente	37,55%	Básico	37,55%	Sim
Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí	90,02%	Ouro	31,36%	Básico	-58,66%	Sim
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí	88,61%	Ouro	68,53%	Intermediário	-20,08%	Sim
Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí	68,05%	Intermediário	60,13%	Intermediário	-7,92%	Sim
Prefeitura Municipal de Caxingó	50,92%	Intermediário	31,92%	Básico	-19,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Cocal	72,97%	Intermediário	69,88%	Intermediário	-3,09%	Sim
Prefeitura Municipal de Cocal de Telha	73,15%	Intermediário	56,67%	Intermediário	-16,48%	Sim
Prefeitura Municipal de Cocal dos Alves	5,41%	Inicial	52,85%	Intermediário	47,44%	Sim
Prefeitura Municipal de Coivaras	24,71%	Inicial	24,71%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia	82,77%	Prata	60,01%	Intermediário	-22,76%	Sim
Prefeitura Municipal de Colônia do Piauí	46,03%	Básico	55,56%	Intermediário	9,53%	Sim
Prefeitura Municipal de Conceição do Canindé	41,92%	Básico	48,01%	Básico	6,09%	Sim
Prefeitura Municipal de Coronel José Dias	73,58%	Intermediário	43,96%	Básico	-29,62%	Sim
Prefeitura Municipal de Corrente	55,69%	Intermediário	48,67%	Básico	-7,02%	Sim
Prefeitura Municipal de Cristalândia do Piauí	82,53%	Prata	37,50%	Básico	-45,03%	Sim
Prefeitura Municipal de Cristino Castro	94,83%	Ouro	49,58%	Básico	-45,25%	Sim
Prefeitura Municipal de Curimatá	89,32%	Ouro	64,50%	Intermediário	-24,82%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Currais	92,52%	Ouro	48,60%	Básico	-43,92%	Sim
Prefeitura Municipal de Cural Novo do Piauí	81,26%	Prata	64,32%	Intermediário	-16,94%	Sim
Prefeitura Municipal de Curralinhos	23,45%	Inicial	12,10%	Inicial	-11,35%	Sim
Prefeitura Municipal de Demerval Lobão	43,96%	Básico	56,13%	Intermediário	12,17%	Sim
Prefeitura Municipal de Dirceu Arcoverde	99,40%	Diamante	13,51%	Inicial	-85,89%	Sim
Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes	78,07%	Prata	39,92%	Básico	-38,15%	Sim
Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio	22,96%	Inicial	22,96%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Domingos Mourão	92,02%	Ouro	56,51%	Intermediário	-35,51%	Sim
Prefeitura Municipal de Elesbão Veloso	51,71%	Intermediário	38,49%	Básico	-13,22%	Sim
Prefeitura Municipal de Eliseu Martins	99,46%	Diamante	47,17%	Básico	-52,29%	Sim
Prefeitura Municipal de Esperantina	74,49%	Intermediário	66,91%	Intermediário	-7,58%	Sim
Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí	89,10%	Ouro	63,14%	Intermediário	-25,96%	Sim
Prefeitura Municipal de Flores do Piauí	100,00%	Diamante	14,58%	Inicial	-85,42%	Sim
Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí	100,00%	Diamante	14,05%	Inicial	-85,95%	Sim
Prefeitura Municipal de Floriano	82,47%	Prata	71,51%	Intermediário	-10,96%	Sim
Prefeitura Municipal de Francinópolis	83,68%	Prata	58,17%	Intermediário	-25,51%	Sim
Prefeitura Municipal de Francisco Ayres	100,00%	Diamante	15,91%	Inicial	-84,09%	Sim
Prefeitura Municipal de Francisco Macedo	54,84%	Intermediário	46,10%	Básico	-8,74%	Sim
Prefeitura Municipal de Francisco Santos	86,71%	Ouro	61,89%	Intermediário	-24,82%	Sim
Prefeitura Municipal de Fronteiras	20,81%	Inicial	20,81%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Geminiano	5,41%	Inicial	50,50%	Intermediário	45,09%	Sim
Prefeitura Municipal de Gilbués	13,66%	Inicial	18,02%	Inicial	4,36%	Sim
Prefeitura Municipal de Guadalupe	53,15%	Intermediário	67,74%	Intermediário	14,59%	Sim
Prefeitura Municipal de Guaribas	74,79%	Intermediário	40,91%	Básico	-33,88%	Sim
Prefeitura Municipal de Hugo Napoleão	98,94%	Diamante	15,60%	Inicial	-83,34%	Sim
Prefeitura Municipal de Ilha Grande	23,11%	Inicial	23,11%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Inhumas	80,12%	Prata	61,30%	Intermediário	-18,82%	Sim
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Piauí	58,02%	Intermediário	51,93%	Intermediário	-6,09%	Sim
Prefeitura Municipal de Isaías Coelho	43,85%	Básico	33,82%	Básico	-10,03%	Sim
Prefeitura Municipal de Itainópolis	87,17%	Elevado	23,61%	Inicial	-63,56%	Sim
Prefeitura Municipal de Itaueira	95,46%	Diamante	50,03%	Intermediário	-45,43%	Sim
Prefeitura Municipal de Jacobina do Piauí	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Jaicós	69,34%	Intermediário	61,20%	Intermediário	-8,14%	Sim
Prefeitura Municipal de Jardim do Mulo	99,46%	Diamante	18,65%	Inicial	-80,81%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Jatobá do Piauí	87,88%	Ouro	19,38%	Inicial	-68,50%	Sim
Prefeitura Municipal de Jerumenha	77,76%	Elevado	59,59%	Intermediário	-18,17%	Sim
Prefeitura Municipal de João Costa	64,14%	Intermediário	19,15%	Inicial	-44,99%	Sim
Prefeitura Municipal de Joaquim Pires	93,11%	Ouro	0,00%	Inexistente	-93,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Joca Marques	42,25%	Básico	42,25%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de José de Freitas	46,83%	Básico	50,30%	Intermediário	3,47%	Sim
Prefeitura Municipal de Juazeiro do Piauí	56,22%	Intermediário	56,42%	Intermediário	0,20%	Sim
Prefeitura Municipal de Júlio Borges	45,52%	Básico	62,68%	Intermediário	17,16%	Sim
Prefeitura Municipal de Jurema	75,71%	Prata	66,07%	Intermediário	-9,64%	Sim
Prefeitura Municipal de Lagoa Alegre	61,06%	Intermediário	54,92%	Intermediário	-6,14%	Sim
Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco	49,99%	Básico	18,54%	Inicial	-31,45%	Sim
Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí	100,00%	Diamante	67,51%	Intermediário	-32,49%	Sim
Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí	98,73%	Diamante	53,77%	Intermediário	-44,96%	Sim
Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio	77,28%	Prata	35,58%	Básico	-41,70%	Sim
Prefeitura Municipal de Lagoinha do Piauí	16,95%	Inicial	16,95%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Landri Sales	79,28%	Prata	59,03%	Intermediário	-20,25%	Sim
Prefeitura Municipal de Luís Correia	64,00%	Intermediário	53,51%	Intermediário	-10,49%	Sim
Prefeitura Municipal de Luzilândia	100,00%	Diamante	44,89%	Básico	-55,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Madeiro	85,49%	Ouro	31,65%	Básico	-53,84%	Sim
Prefeitura Municipal de Manoel Emídio	30,25%	Básico	54,05%	Intermediário	23,80%	Sim
Prefeitura Municipal de Marcolândia	77,51%	Prata	62,00%	Intermediário	-15,51%	Sim
Prefeitura Municipal de Marcos Parente	60,76%	Intermediário	60,76%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Massapê do Piauí	26,57%	Inicial	26,57%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Matias Olímpio	41,99%	Básico	37,96%	Básico	-4,03%	Sim
Prefeitura Municipal de Miguel Alves	73,93%	Intermediário	0,00%	Inexistente	-73,93%	Sim
Prefeitura Municipal de Miguel Leão	78,79%	Prata	22,80%	Inicial	-55,99%	Sim
Prefeitura Municipal de Milton Brandão	5,41%	Inicial	57,07%	Intermediário	51,66%	Sim
Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil	100,00%	Diamante	13,75%	Inicial	-86,25%	Sim
Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito	69,34%	Intermediário	65,63%	Intermediário	-3,71%	Sim
Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Piauí	74,98%	Intermediário	34,37%	Básico	-40,61%	Sim
Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo	23,30%	Inicial	23,30%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu do Piauí	43,60%	Básico	56,08%	Intermediário	12,48%	Sim
Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas	3,86%	Inicial	37,64%	Básico	33,78%	Sim
Prefeitura Municipal de Nazaré do Piauí	99,32%	Diamante	44,21%	Básico	-55,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Nazária	99,18%	Diamante	18,01%	Inicial	-81,17%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora de Nazaré	80,39%	Elevado	69,15%	Intermediário	-11,24%	Sim
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios	21,58%	Inicial	21,58%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita	80,89%	Prata	74,98%	Intermediário	-5,91%	Sim
Prefeitura Municipal de Novo Oriente do Piauí	35,02%	Básico	45,27%	Básico	10,25%	Sim
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio	100,00%	Diamante	37,86%	Básico	-62,14%	Sim
Prefeitura Municipal de Oeiras	89,52%	Ouro	46,87%	Básico	-42,65%	Sim
Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Piauí	100,00%	Diamante	43,88%	Básico	-56,12%	Sim
Prefeitura Municipal de Padre Marcos	49,24%	Básico	38,95%	Básico	-10,29%	Sim
Prefeitura Municipal de Paes Landim	100,00%	Diamante	53,21%	Intermediário	-46,79%	Sim
Prefeitura Municipal de Pajeú do Piauí	88,53%	Elevado	71,54%	Intermediário	-16,99%	Sim
Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí	93,14%	Ouro	65,10%	Intermediário	-28,04%	Sim
Prefeitura Municipal de Palmeirais	75,24%	Prata	27,24%	Inicial	-48,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Paquetá	45,97%	Básico	17,04%	Inicial	-28,93%	Sim
Prefeitura Municipal de Parnaguá	35,98%	Básico	22,89%	Inicial	-13,09%	Sim
Prefeitura Municipal de Parnaíba	44,50%	Básico	38,47%	Básico	-6,03%	Sim
Prefeitura Municipal de Passagem Franca do Piauí	100,00%	Diamante	0,00%	Inexistente	-100,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Patos do Piauí	94,50%	Ouro	62,63%	Intermediário	-31,87%	Sim
Prefeitura Municipal de Pau D'Arco do Piauí	73,53%	Intermediário	54,30%	Intermediário	-19,23%	Sim
Prefeitura Municipal de Paulistana	66,55%	Intermediário	66,55%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Pavussu	60,90%	Intermediário	60,90%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Pedro II	64,01%	Intermediário	64,01%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino	60,51%	Intermediário	60,51%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Picos	62,05%	Intermediário	54,27%	Intermediário	-7,78%	Sim
Prefeitura Municipal de Pimenteiras	91,86%	Ouro	70,97%	Intermediário	-20,89%	Sim
Prefeitura Municipal de Pio IX	62,51%	Intermediário	28,74%	Inicial	-33,77%	Sim
Prefeitura Municipal de Piracuruca	94,39%	Ouro	78,62%	Elevado	-15,77%	Sim
Prefeitura Municipal de Piripiri	87,39%	Ouro	65,37%	Intermediário	-22,02%	Sim
Prefeitura Municipal de Porto	21,83%	Inicial	21,83%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Piauí	92,60%	Elevado	62,11%	Intermediário	-30,49%	Sim
Prefeitura Municipal de Prata do Piauí	62,98%	Intermediário	62,98%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Queimada Nova	79,95%	Prata	71,04%	Intermediário	-8,91%	Sim
Prefeitura Municipal de Redenção do Gurguéia	87,02%	Elevado	63,86%	Intermediário	-23,16%	Sim
Prefeitura Municipal de Regeneração	61,01%	Intermediário	34,90%	Básico	-26,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Riacho Frio	99,49%	Diamante	14,88%	Inicial	-84,61%	Sim
Prefeitura Municipal de Ribeira do Piauí	100,00%	Diamante	18,24%	Inicial	-81,76%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves	50,60%	Intermediário	50,60%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí	99,05%	Diamante	40,56%	Básico	-58,49%	Sim
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Piauí	68,29%	Intermediário	68,29%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Santa Cruz dos Milagres	98,15%	Diamante	53,74%	Intermediário	-44,41%	Sim
Prefeitura Municipal de Santa Filomena	93,14%	Ouro	72,14%	Intermediário	-21,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Santa Luz	52,78%	Intermediário	52,78%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí	37,00%	Básico	37,00%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Santana do Piauí	75,15%	Prata	0,00%	Inexistente	-75,15%	Sim
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Lisboa	79,96%	Elevado	71,61%	Intermediário	-8,35%	Sim
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Milagres	100,00%	Diamante	52,30%	Intermediário	-47,70%	Sim
Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí	51,39%	Intermediário	51,39%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de São Braz do Piauí	79,16%	Prata	58,34%	Intermediário	-20,82%	Sim
Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí	18,86%	Inicial	18,86%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis do Piauí	66,02%	Intermediário	63,43%	Intermediário	-2,59%	Sim
Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí	100,00%	Diamante	62,16%	Intermediário	-37,84%	Sim
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia	41,46%	Básico	41,46%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí	4,74%	Inicial	4,74%	Inicial	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de São João da Canabrava	81,30%	Elevado	66,19%	Intermediário	-15,11%	Sim
Prefeitura Municipal de São João da Fronteira	56,47%	Intermediário	59,84%	Intermediário	3,37%	Sim
Prefeitura Municipal de São João da Serra	11,90%	Inicial	0,27%	Inexistente	-11,63%	Sim
Prefeitura Municipal de São João da Varjota	0,00%	Inexistente	0,00%	Inexistente	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de São João do Arraial	77,16%	Elevado	0,00%	Inexistente	-77,16%	Sim
Prefeitura Municipal de São João do Piauí	54,68%	Intermediário	41,73%	Básico	-12,95%	Sim
Prefeitura Municipal de São José do Divino	75,15%	Elevado	70,23%	Intermediário	-4,92%	Sim
Prefeitura Municipal de São José do Peixe	98,67%	Diamante	37,55%	Básico	-61,12%	Sim
Prefeitura Municipal de São José do Piauí	74,44%	Intermediário	66,25%	Intermediário	-8,19%	Sim
Prefeitura Municipal de São Julião	31,47%	Básico	52,86%	Intermediário	21,39%	Sim
Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí	51,67%	Intermediário	59,03%	Intermediário	7,36%	Sim
Prefeitura Municipal de São Luis do Piauí	83,52%	Prata	62,87%	Intermediário	-20,65%	Sim
Prefeitura Municipal de São Miguel da Baixa Grande	61,24%	Intermediário	45,41%	Básico	-15,83%	Sim

Unidade Gestora	Nota Auto avaliação	Índice Auto avaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Auto Avaliação	Validado
Prefeitura Municipal de São Miguel do Fidalgo	84,54%	Prata	57,60%	Intermediário	-26,94%	Sim
Prefeitura Municipal de São Miguel do Tapuio	32,51%	Básico	32,51%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí	54,99%	Intermediário	56,83%	Intermediário	1,84%	Sim
Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato	100,00%	Diamante	56,18%	Intermediário	-43,82%	Sim
Prefeitura Municipal de Sebastião Barros	84,10%	Prata	37,86%	Básico	-46,24%	Sim
Prefeitura Municipal de Sebastião Leal	66,82%	Intermediário	59,67%	Intermediário	-7,15%	Sim
Prefeitura Municipal de Sigefredo Pacheco	0,00%	Inexistente	27,80%	Inicial	27,80%	Sim
Prefeitura Municipal de Simões	77,51%	Prata	51,83%	Intermediário	-25,68%	Sim
Prefeitura Municipal de Simplício Mendes	63,11%	Intermediário	52,34%	Intermediário	-10,77%	Sim
Prefeitura Municipal de Socorro do Piauí	84,90%	Prata	43,31%	Básico	-41,59%	Sim
Prefeitura Municipal de Sussuapara	73,92%	Intermediário	64,80%	Intermediário	-9,12%	Sim
Prefeitura Municipal de Tamboril do Piauí	64,94%	Intermediário	61,09%	Intermediário	-3,85%	Sim
Prefeitura Municipal de Tanque do Piauí	97,25%	Elevado	42,11%	Básico	-55,14%	Sim
Prefeitura Municipal de Teresina	34,43%	Básico	34,43%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de União	59,14%	Intermediário	59,14%	Intermediário	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Uruçuí	33,57%	Básico	33,57%	Básico	0,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Valença do Piauí	85,74%	Ouro	59,08%	Intermediário	-26,66%	Sim
Prefeitura Municipal de Várzea Branca	47,80%	Básico	46,70%	Básico	-1,10%	Sim
Prefeitura Municipal de Várzea Grande	80,56%	Prata	49,62%	Básico	-30,94%	Sim
Prefeitura Municipal de Vera Mendes	38,64%	Básico	42,36%	Básico	3,72%	Sim
Prefeitura Municipal de Vila Nova do Piauí	94,96%	Ouro	46,08%	Básico	-48,88%	Sim
Prefeitura Municipal de Wall Ferraz	40,17%	Básico	40,17%	Básico	0,00%	Sim
Tribunal de Contas do Estado de Piauí	96,69%	Diamante	96,69%	Diamante	0,00%	Sim
Tribunal de Justiça do Estado de Piauí	100,00%	Diamante	96,67%	Diamante	-3,33%	Sim

6.3. Unidades Gestoras com diferenças expressivas entre a autoavaliação a avaliação do Tribunal de Contas

Unidade Gestora	Nota Autoavaliação	Índice Autoavaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Autoavaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Passagem Franca do Piauí	100,00%	Diamante	0,00%	Inexistente	-100,00%	Sim
Prefeitura Municipal de Joaquim Pires	93,11%	Ouro	0,00%	Inexistente	-93,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes	90,92%	Elevado	0,00%	Inexistente	-90,92%	Sim
Câmara Municipal de Ribeira do Piauí	100,00%	Diamante	9,74%	Inicial	-90,26%	Sim
Câmara Municipal de Lagoinha do Piauí	89,75%	Ouro	0,00%	Inexistente	-89,75%	Sim
Câmara Municipal de Altos	99,37%	Diamante	11,11%	Inicial	-88,26%	Sim
Câmara Municipal de Valença do Piauí	99,33%	Diamante	11,27%	Inicial	-88,06%	Sim
Câmara Municipal de Rio Grande do Piauí	99,46%	Diamante	11,42%	Inicial	-88,04%	Sim
Câmara Municipal de Santo Inácio do Piauí	100,00%	Diamante	12,53%	Inicial	-87,47%	Sim
Câmara Municipal de União	100,00%	Diamante	12,89%	Inicial	-87,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil	100,00%	Diamante	13,75%	Inicial	-86,25%	Sim
Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí	100,00%	Diamante	14,05%	Inicial	-85,95%	Sim
Prefeitura Municipal de Dirceu Arcoverde	99,40%	Diamante	13,51%	Inicial	-85,89%	Sim
Prefeitura Municipal de Flores do Piauí	100,00%	Diamante	14,58%	Inicial	-85,42%	Sim
Câmara Municipal de Flores do Piauí	100,00%	Diamante	14,69%	Inicial	-85,31%	Sim
Prefeitura Municipal de Canavieira	100,00%	Diamante	15,23%	Inicial	-84,77%	Sim
Câmara Municipal de Itaueira	100,00%	Diamante	15,35%	Inicial	-84,65%	Sim
Prefeitura Municipal de Riacho Frio	99,49%	Diamante	14,88%	Inicial	-84,61%	Sim
Prefeitura Municipal de Francisco Ayres	100,00%	Diamante	15,91%	Inicial	-84,09%	Sim
Câmara Municipal de Colônia do Piauí	99,91%	Diamante	15,85%	Inicial	-84,06%	Sim
Prefeitura Municipal de Hugo Napoleão	98,94%	Diamante	15,60%	Inicial	-83,34%	Sim
Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí	100,00%	Diamante	16,87%	Inicial	-83,13%	Sim
Câmara Municipal de Santo Antônio dos Milagres	98,87%	Diamante	16,80%	Inicial	-82,07%	Sim
Prefeitura Municipal de Ribeira do Piauí	100,00%	Diamante	18,24%	Inicial	-81,76%	Sim
Câmara Municipal de Gilbués	98,31%	Elevado	17,11%	Inicial	-81,20%	Sim
Prefeitura Municipal de Nazária	99,18%	Diamante	18,01%	Inicial	-81,17%	Sim
Prefeitura Municipal de Jardim do Mulo	99,46%	Diamante	18,65%	Inicial	-80,81%	Sim
Câmara Municipal de Juazeiro do Piauí	100,00%	Diamante	19,53%	Inicial	-80,47%	Sim
Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara	100,00%	Diamante	19,78%	Inicial	-80,22%	Sim
Prefeitura Municipal de Alto Longá	98,30%	Diamante	19,04%	Inicial	-79,26%	Sim
Câmara Municipal de Demerval Lobão	96,46%	Diamante	18,50%	Inicial	-77,96%	Sim
Câmara Municipal de Luzilândia	99,85%	Diamante	22,32%	Inicial	-77,53%	Sim
Prefeitura Municipal de São João do Arraial	77,16%	Elevado	0,00%	Inexistente	-77,16%	Sim
Câmara Municipal de Caridade do Piauí	100,00%	Diamante	23,51%	Inicial	-76,49%	Sim
Câmara Municipal de Geminiano	93,96%	Ouro	17,65%	Inicial	-76,31%	Sim



Unidade Gestora	Nota Autoavaliação	Índice Autoavaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Autoavaliação	Validado
Câmara Municipal de Hugo Napoleão	95,32%	Diamante	19,83%	Inicial	-75,49%	Sim
Prefeitura Municipal de Santana do Piauí	75,15%	Prata	0,00%	Inexistente	-75,15%	Sim
Prefeitura Municipal de Miguel Alves	73,93%	Intermediário	0,00%	Inexistente	-73,93%	Sim
Câmara Municipal de Parnaguá	92,23%	Ouro	19,41%	Inicial	-72,82%	Sim
Câmara Municipal de Socorro do Piauí	98,51%	Diamante	28,21%	Inicial	-70,30%	Sim
Câmara Municipal de São Gonçalo do Gurguéia	99,48%	Diamante	29,40%	Inicial	-70,08%	Sim
Câmara Municipal de Vila Nova do Piauí	96,12%	Diamante	26,27%	Inicial	-69,85%	Sim
Câmara Municipal de Porto Alegre do Piauí	99,69%	Diamante	30,08%	Básico	-69,61%	Sim
Câmara Municipal de São José do Peixe	100,00%	Diamante	31,21%	Básico	-68,79%	Sim
Prefeitura Municipal de Jatobá do Piauí	87,88%	Ouro	19,38%	Inicial	-68,50%	Sim
Câmara Municipal de Campo Largo do Piauí	94,45%	Ouro	26,20%	Inicial	-68,25%	Sim
Câmara Municipal de Lagoa do Piauí	95,32%	Diamante	28,03%	Inicial	-67,29%	Sim
Câmara Municipal de Landri Sales	93,95%	Ouro	27,01%	Inicial	-66,94%	Sim
Câmara Municipal de Santa Cruz dos Milagres	100,00%	Diamante	33,31%	Básico	-66,69%	Sim
Câmara Municipal de São João do Arraial	81,18%	Elevado	15,57%	Inicial	-65,61%	Sim
Câmara Municipal de Várzea Branca	100,00%	Diamante	34,93%	Básico	-65,07%	Sim
Câmara Municipal de Regeneração	92,02%	Ouro	27,29%	Inicial	-64,73%	Sim
Câmara Municipal de Tanque do Piauí	97,16%	Diamante	33,11%	Básico	-64,05%	Sim
Câmara Municipal de Oeiras	99,62%	Diamante	35,79%	Básico	-63,83%	Sim
Câmara Municipal de Passagem Franca do Piauí	89,71%	Ouro	26,14%	Inicial	-63,57%	Sim
Prefeitura Municipal de Itainópolis	87,17%	Elevado	23,61%	Inicial	-63,56%	Sim
Câmara Municipal de Caracol	87,73%	Elevado	25,27%	Inicial	-62,46%	Sim
Câmara Municipal de Sebastião Barros	90,17%	Ouro	27,93%	Inicial	-62,24%	Sim
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio	100,00%	Diamante	37,86%	Básico	-62,14%	Sim
Câmara Municipal de Monte Alegre do Piauí	94,30%	Ouro	32,50%	Básico	-61,80%	Sim
Câmara Municipal de Curral Novo do Piauí	93,74%	Ouro	32,34%	Básico	-61,40%	Sim
Câmara Municipal de Boa Hora	94,45%	Ouro	33,09%	Básico	-61,36%	Sim
Prefeitura Municipal de São José do Peixe	98,67%	Diamante	37,55%	Básico	-61,12%	Sim
Prefeitura Municipal de Barro Duro	98,84%	Diamante	39,97%	Básico	-58,87%	Sim
Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí	90,02%	Ouro	31,36%	Básico	-58,66%	Sim
Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí	99,05%	Diamante	40,56%	Básico	-58,49%	Sim
Câmara Municipal de Cocal dos Alves	82,05%	Elevado	25,14%	Inicial	-56,91%	Sim
Prefeitura Municipal de Olho D'Água do Piauí	100,00%	Diamante	43,88%	Básico	-56,12%	Sim
Prefeitura Municipal de Miguel Leão	78,79%	Prata	22,80%	Inicial	-55,99%	Sim
Câmara Municipal de Miguel Leão	99,31%	Diamante	43,51%	Básico	-55,80%	Sim
Prefeitura Municipal de Barras	87,06%	Ouro	31,65%	Básico	-55,41%	Sim



Unidade Gestora	Nota Autoavaliação	Índice Autoavaliação	Índice de Transparência - Validação	Nível de Transparência - Validação	Diferença Autoavaliação	Validado
Prefeitura Municipal de Tanque do Piauí	97,25%	Elevado	42,11%	Básico	-55,14%	Sim
Prefeitura Municipal de Luzilândia	100,00%	Diamante	44,89%	Básico	-55,11%	Sim
Prefeitura Municipal de Nazaré do Piauí	99,32%	Diamante	44,21%	Básico	-55,11%	Sim
Câmara Municipal de Santa Rosa do Piauí	96,40%	Diamante	41,44%	Básico	-54,96%	Sim
Câmara Municipal de Esperantina	80,05%	Elevado	26,03%	Inicial	-54,02%	Sim
Prefeitura Municipal de Madeiro	85,49%	Ouro	31,65%	Básico	-53,84%	Sim
Câmara Municipal de Barras	84,37%	Elevado	31,08%	Básico	-53,29%	Sim
Câmara Municipal de Palmeira do Piauí	90,17%	Ouro	37,03%	Básico	-53,14%	Sim
Câmara Municipal de Santa Filomena	90,74%	Ouro	37,61%	Básico	-53,13%	Sim
Câmara Municipal de Simões	87,36%	Ouro	34,33%	Básico	-53,03%	Sim
Prefeitura Municipal de Eliseu Martins	99,46%	Diamante	47,17%	Básico	-52,29%	Sim
Câmara Municipal de Água Branca	91,15%	Ouro	38,89%	Básico	-52,26%	Sim
Câmara Municipal de Fartura do Piauí	91,01%	Ouro	38,83%	Básico	-52,18%	Sim
Prefeitura Municipal de Altos	98,65%	Diamante	46,51%	Básico	-52,14%	Sim
Câmara Municipal de Jatobá do Piauí	94,93%	Ouro	43,06%	Básico	-51,87%	Sim
Câmara Municipal de Padre Marcos	83,20%	Prata	31,44%	Básico	-51,76%	Sim
Câmara Municipal de Cristino Castro	90,74%	Ouro	39,03%	Básico	-51,71%	Sim
Câmara Municipal de São Pedro do Piauí	80,82%	Elevado	29,25%	Inicial	-51,57%	Sim
Câmara Municipal de Alto Longá	82,92%	Prata	31,46%	Básico	-51,46%	Sim
Câmara Municipal de Boqueirão do Piauí	80,78%	Elevado	29,66%	Inicial	-51,12%	Sim
Câmara Municipal de Jurema	87,41%	Ouro	36,32%	Básico	-51,09%	Sim
Câmara Municipal de Miguel Alves	87,20%	Ouro	36,40%	Básico	-50,80%	Sim
Câmara Municipal de Paes Landim	99,48%	Diamante	49,01%	Básico	-50,47%	Sim
Câmara Municipal de Alvorada do Gurguéia	90,74%	Ouro	40,57%	Básico	-50,17%	Sim